

Positivo Tecnologia S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.



POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Mensagem aos acionistas:

Seguimos avançando de forma consistente na consolidação da Positivo Tecnologia como uma empresa brasileira de infraestrutura de TI com oferta integrada, fim a fim. Nosso portfólio abrange dispositivos, servidores convencionais e de próxima geração, soluções para nuvem híbrida e serviços gerenciados, incluindo cibersegurança e inteligência artificial.

Essa evolução estratégica vem se refletindo em nossos resultados. Ao longo de 2025, observamos crescimento relevante nos negócios ligados à infraestrutura tecnológica das empresas, com destaque para servidores, serviços gerenciados de TI e Hardware as a Service (HaaS). O fortalecimento desse núcleo estrutural amplia a recorrência de receitas, melhora a previsibilidade operacional e sustenta margens mais sólidas, com maior geração de caixa.

Esse conjunto de soluções amplia nossa relevância junto aos CIOs e áreas de tecnologia das organizações, reforçando nosso posicionamento como parceiro estratégico na modernização da infraestrutura digital das empresas.

Avenidas Estratégicas de Crescimento:

No núcleo de Infraestrutura de TI, a unidade de Servidores cresceu 79% em 2025 em relação a 2024, impulsionada pela demanda por ambientes de nuvem híbrida, aplicações de alto desempenho e projetos de supercomputação.

Em Serviços, a receita cresceu 20%, já refletindo a integração da Positivo S+ e das atividades de break & fix. Desde a aquisição da antiga Algar Tech MSP, em junho de 2024, observamos crescimento consistente trimestre após trimestre. Serviços gerenciados de TI representam um vetor estrutural de expansão, recorrência de receita e maior previsibilidade operacional.

Também avançamos no modelo Hardware as a Service (HaaS), que registrou crescimento de 173% no ano, fortalecendo nossa estratégia de recorrência e ampliando oportunidades de cross selling entre dispositivos, servidores e serviços.

Além do núcleo de infraestrutura de TI acima, seguimos expandindo nossa atuação em Soluções de Pagamento, uma avenida estratégica na qual temos investido de forma consistente. A unidade cresceu 30% no ano e alcançou receita de R\$ 567 milhões, incluindo serviços associados, consolidando posição relevante no setor.

Desempenho dos Segmentos:

A unidade Corporativa, que engloba dispositivos para empresas, serviços de TI, soluções de pagamentos, servidores e demais negócios B2B, cresceu 35% em 2025. O segmento de Instituições Públicas recuou 36%, refletindo a postergação de contratos em razão da contenção orçamentária federal. O segmento de Consumo recuou 10%, impactado pela queda do mercado de smartphones, do qual reduzimos exposição, e pelo menor volume de compras das grandes varejistas, cujos efeitos foram parcialmente compensados pela nossa agilidade de adaptação, com redirecionamento do foco para as vendas de notebooks e tablets nos canais online, tanto diretos quanto via sellers.

Inovação tecnológica:

Destacamos o mais recente lançamento do notebook Positivo Master Copilot+ PC na CES 2026, desenvolvido em parceria com a Intel e equipado com o novo processador Ultra Series 3 Panther Lake. Fomos a primeira empresa nacional a lançar um PC com NPU de 40 TOPs, alinhado ao cronograma global da nova arquitetura e preparado para aplicações avançadas de inteligência artificial. Outros lançamentos inovadores ao longo do ano incluem:

- Notebook Positivo Vision R15M, com exclusiva minitela interativa, com informações como notas, status da bateria, previsão do tempo e mensagens do WhatsApp.
- MIA, assistente virtual da Positivo e nativa em nossos computadores, que atua como central inteligente e de entretenimento, materializando nosso compromisso de democratizar o acesso a novas tecnologias.
- Tablet Vaio TL12, leve e ultrafino, com tela de 12,6" amoled e configurações avançadas.
- Notebook Vaio FE16, com tela de 16" de alta resolução e bateria de até 10 horas.
- Nova linha Tupi de Smart POS, composta por totens e tablets de mesa com a exclusiva certificação Google EDLA, que permite que dispositivos maiores, voltados a soluções empresariais, ofereçam os aplicativos e APIs da Google.

Desempenho Financeiro:

No ano de 2025, a receita bruta totalizou R\$ 4,0 bilhões, atingindo o ponto médio do guidance, que compara com R\$ 4,3 bilhões em 2024. O EBITDA foi de R\$ 313 milhões, redução de 15% frente a 2024, impactado principalmente por margens menores em contratos governamentais antigos, afirmados antes da alta do dólar observada no primeiro semestre. O lucro líquido foi de R\$ 12 milhões, comparado a R\$ 85 milhões em 2024, refletindo base de comparação elevada, pressão cambial, e maiores despesas financeiras.

Encerramos o ano com geração de caixa operacional de R\$ 298 milhões e saldo de caixa de R\$ 618 milhões, enquanto o índice de alavancagem atingiu 2,1x dívida líquida / EBITDA, pressionada pelo menor EBITDA no período.

Contexto e Perspectivas:

O ano de 2025 foi marcado por desafios relevantes para o setor: o dólar elevado no primeiro semestre pressionou custos e a contenção orçamentária diminuiu o ritmo de contratações do setor público. Mais recentemente, observamos elevação expressiva nos preços globais de componentes e chips de memórias em toda a indústria de tecnologia, impulsionada pela realocação da produção global para aplicações de IA. Esse movimento, ainda com impacto limitado no 4T25, intensificou-se no 1T26 e pode continuar pressionando volumes e preços de todo o setor ao longo do ano. O aumento de custos vem sendo gradualmente repassado aos preços ao longo da cadeia, movimento que pode resultar em contração de volumes no setor. Para mitigar riscos de abastecimento e assegurar nossas entregas, reforçamos de forma relevante nossos estoques de memórias. Nos contratos firmados anteriormente ao início desse ciclo de alta de custos, especialmente no setor público, temos buscado reequilíbrio econômico-financeiro ou eventual cancelamento sem penalidade, permitindo posterior relicitação com preços atualizados.

Diante desse contexto de maior volatilidade, definimos **guidance de receita bruta em 2026 entre R\$ 4,0 bilhões e R\$ 4,2 bilhões**. Essa projeção contempla um cenário conservador, considerando possíveis impactos no faturamento decorrentes da dificuldade de repasse de preços em determinados contratos e segmentos de mercado.

Visão Estratégica:

Apesar do ambiente mais volátil no curto prazo, os fundamentos estratégicos da Companhia permanecem sólidos. Estamos posicionados em vetores estruturais de crescimento, como infraestrutura de TI, serviços recorrentes, pagamentos e inteligência artificial.

A rápida expansão da IA generativa amplia significativamente a demanda por infraestrutura tecnológica. Esse ciclo de inovação exige servidores especializados, computadores com maior capacidade de processamento e um volume crescente de serviços gerenciados para operação, integração e segurança desses ambientes. Nosso portfólio integrado e nossa presença em toda a cadeia de infraestrutura de TI nos posicionam de forma diferenciada para capturar essa oportunidade.

Em paralelo, avançamos na integração comercial da Companhia, com a unificação das equipes de vendas e a ampliação das iniciativas de cross selling entre nossas diferentes linhas de produtos e serviços. Trata-se de um projeto estruturante, já em execução, que deve ampliar nossa capacidade de capturar valor em nossa base de clientes.

Nossa estratégia de diversificação, disciplina financeira e fortalecimento do portfólio fim a fim nos permite atravessar ciclos adversos preservando caixa, com disciplina financeira e capacidade de investimento.

Seguimos confiantes na capacidade de execução da Companhia e no potencial de geração de valor sustentável no médio e longo prazo. Agradecemos aos colaboradores, clientes, parceiros e acionistas pela confiança.

Raymundo de Sá Peixoto Junior
Presidente do Conselho de Administração

Hélio Bruck Rotenberg
Diretor Presidente

DESTAQUES DE 2025

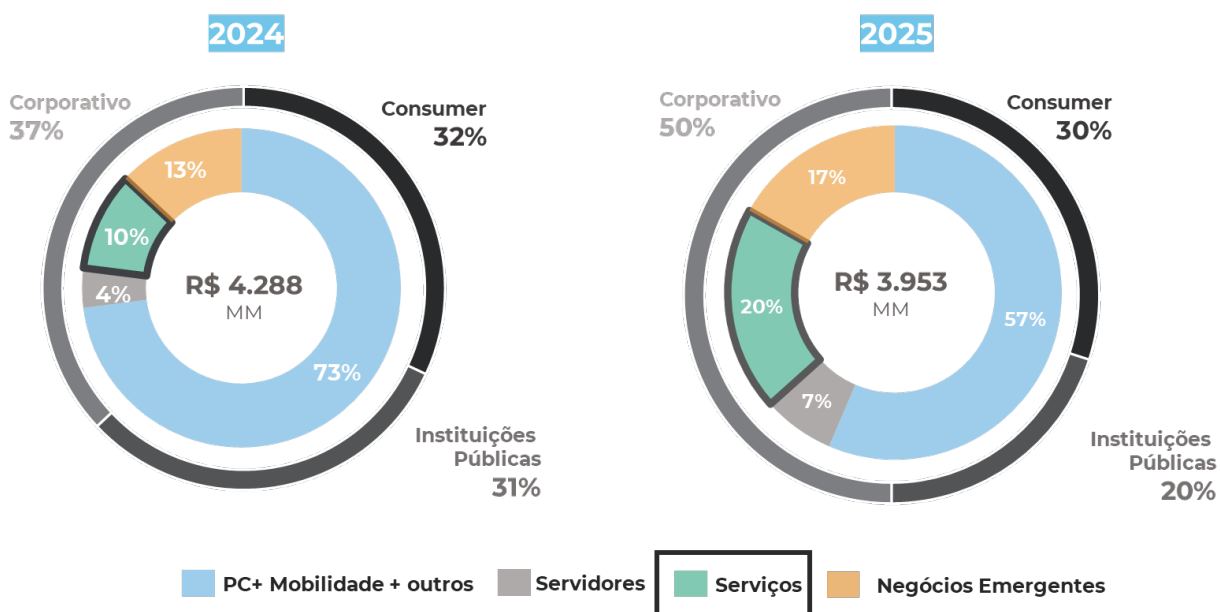
- ✓ **Receita Bruta de R\$ 4,0 bilhões em 2025**, atingindo o guidance, contra R\$ 4,3 bi em 2024. A queda da receita se deu em razão da retração em Instituições Públicas e Consumo, além de base de comparação elevada (projeto especial de R\$ 268 milhões no 1S24).
- ✓ **EBITDA de R\$ 313 milhões em 2025, com margem de 9,3%** (-14,8% a/a, -0,6 p.p.), impactado pela menor receita e pressão cambial sobre os custos dos contratos com instituições públicas no 1S25.
- ✓ **Lucro líquido de R\$ 12 milhões em 2025 (margem líquida de 0,4%)**, contra R\$ 85 milhões em 2024. No ano o lucro foi impactado pelos mesmos efeitos no EBITDA e maiores despesas financeiras, com maior taxa CDI em 2025.
- ✓ **Geração de caixa operacional de R\$ 298 milhões no ano. O índice de alavancagem atingiu 2,1x**, aumento de 0,3x sobre 2024, devido ao menor EBITDA do ano. Nosso custo da dívida segue com spread reduzido, de CDI + 0% a.a., com 64% da dívida no longo prazo.
- ✓ **Dividendos e aumento de capital:** em 30/12/2025 anunciamos dividendos de R\$ 25 milhões (R\$ 0,1796 por ação ordinária, pagos em 30 de janeiro de 2026) em contrapartida à reserva de lucros, a serem imputados ao valor do dividendo obrigatório de 2025. Também anunciamos aumento do capital social de R\$ 743,4 milhões, mediante capitalização do saldo de reserva de lucros.

NOSSO MODELO DE NEGÓCIO

A Positivo Tecnologia adota uma organização de negócios que permite assegurar uma forte presença e participação sólida de mercado, consolidando competências-chave em desenvolvimento, produção e distribuição de hardware e serviços.

Adotamos a mesma nomenclatura utilizada pelos diferentes institutos de pesquisa que dividem o mercado entre Consumer e Commercial. Consumer engloba tudo que é vendido para pessoas físicas, tanto de maneira direta como indireta, enquanto Commercial inclui o que é vendido para empresas e instituições públicas.

Representatividade de Receita Bruta entre os diferentes segmentos:

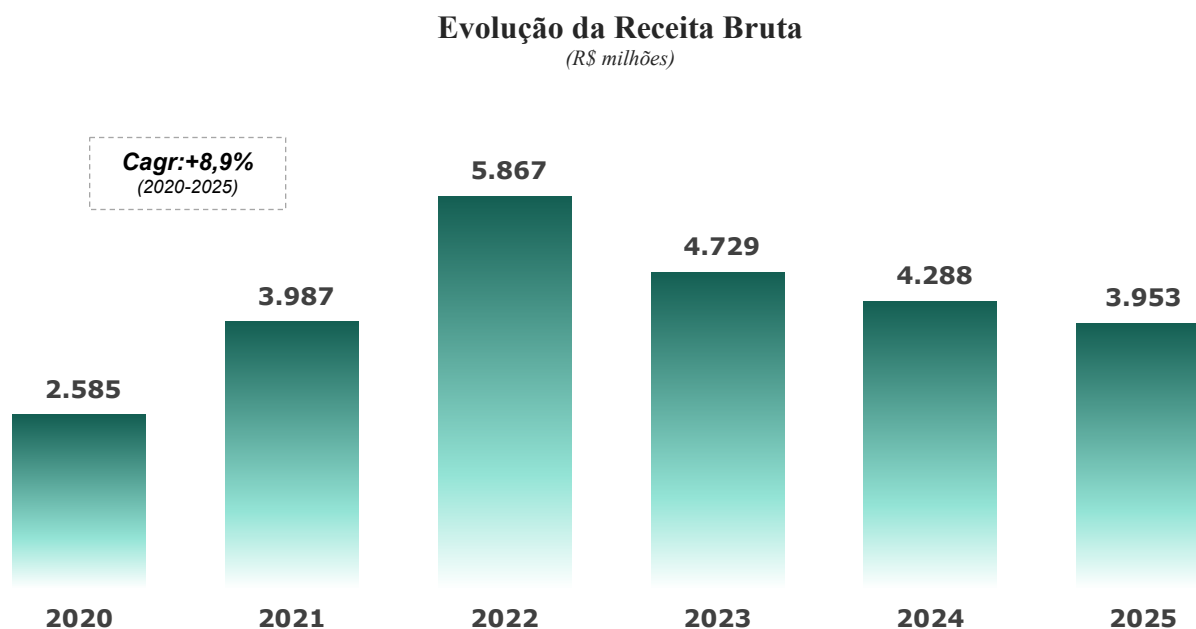


*Avenidas de Crescimento: Combinação de Servidores, Serviços e Negócios Emergentes (Positivo SEG, Soluções em Pagamentos e Educacional)

DESEMPENHO FINANCEIRO ¹

Os comentários apresentados nesta seção se referem aos números consolidados da Positivo Tecnologia S.A.

RECEITA BRUTA



No ano, a receita bruta foi de R\$ 4,0 bilhões, em linha com o guidance, frente a R\$ 4,3 bilhões em 2024. A receita da unidade de Negócios Corporativos cresceu 35%, impulsionada principalmente por Servidores, Soluções em Pagamento e Serviço de TI, compensando parcialmente a retração em Instituições Públicas e Consumo.

Serviços de TI, representados pela Positivo S+, tiveram recorde de receita no ano, consolidando-se como vetor estrutural de crescimento e recorrência. A unidade de Soluções em Pagamento também registrou receita recorde no ano, de R\$ 567 milhões, fortalecendo sua posição junto aos maiores adquirentes e subadquirentes do mercado.

No segmento de Instituições Públicas, o desempenho foi impactado por atrasos nas contratações ao longo do ano, devido ao contingenciamento do orçamento público. Em Consumo, os resultados refletiram a contração do mercado de smartphones e menores volumes de compras das grandes varejistas.

Adicionalmente, o ano de 2024 registrou R\$ 268 milhões em projetos especiais no 1º semestre, elevando a base de comparação.

¹ Todas as informações financeiras apresentadas neste Relatório da Administração contemplam as modificações contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, bem como dos efeitos provenientes da adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

COMMERCIAL

O segmento Commercial engloba as vendas e locações de computadores, servidores, máquinas de pagamento, equipamentos de segurança eletrônica e a prestação de serviços de TI a empresas e instituições públicas.

O segmento Commercial inclui negócios corporativos e negócios com instituições públicas.

Negócios Corporativos

Receita do segmento de R\$ 2,0 bilhões em 2025, crescimento de 35% em relação a 2024, impulsionado pelo desempenho das unidades de Servidores, Serviços de TI e Soluções de Pagamento, que também apresentaram melhora de margem de contribuição em relação ao ano anterior, trazendo maior valor agregado ao mix de da Companhia.

Servidores apresentaram crescimento de 79% devido à maior demanda por infraestrutura para nuvens híbridas, repatriação de dados e supercomputação, além da concentração de entregas postergadas ao longo do ano.

A Positivo S+ registrou crescimento de 20% em 2025, com renovação de contratos e conquista de novos clientes. Seguimos focados na execução do projeto piloto do plano de integração comercial, voltado à captura de sinergias de receitas entre as unidades de infraestrutura do grupo. A receita de serviços tem crescido de forma consistente trimestre a trimestre, e portanto, a Positivo S+ é um vetor estrutural de crescimento, recorrência e rentabilidade.

HaaS apresentou crescimento de receita de 173% no ano. HaaS é uma alavanca para cross-sell de serviços, instrumental para recorrência de receita e rentabilidade.

Em Soluções de Pagamento, a receita atingiu o recorde de R\$ 567 milhões, alta de 30% em relação a 2024. O desempenho reflete 3 vetores principais de crescimento: i) expansão junto às grandes adquirentes, com pipeline consistente de novos clientes; ii) crescimento do parque de terminais ativos, que amplia a receita recorrente com serviços de manutenção; e iii) maior valor agregado por meio softwares proprietários, incluindo solução de gerenciamento de dispositivos móveis (MDM), de gestão e processamento dos pagamentos.

Negócios para Instituições Públicas

No ano de 2025 o segmento apresentou queda de 36% da receita, impactada principalmente pela menor atividade de compras pelo setor público. Apesar disso, o segmento apresentou melhora de margem de contribuição em comparação ao ano anterior, refletindo a recomposição gradual de margens.

Apesar das restrições orçamentárias do setor, as instituições públicas continuam demonstrando forte necessidade de investimentos em tecnologia, o que resulta em demanda reprimida por equipamentos. Adicionalmente, há vários estados que apresentam situação financeira mais favorável, mantendo investimentos relevantes no setor.

Mesmo em um ambiente de menor atividade ao longo de 2025, mantivemos elevado índice de captação e vitória em editais, que formarão a base de receitas para 2026 e 2027, juntamente com os projetos que foram rolados de 2025 para 2026, como FNDE, Polícia Federal, SERPRO-DF e SEPLAG-MG.

Negócios para o segmento Consumer:

Em 2025, a receita do segmento recuou 10% em relação a 2024, refletindo a retração planejada nas vendas de smartphones, impactadas pela expansão do mercado cinza e entrada de novas marcas, além da redução dos pedidos por grandes varejistas nacionais, que ajustaram seus níveis de estoque e restringiram suas condições de compras. Por outro lado, as vendas de PCs e tablets cresceram cerca de 9% cada.

As vendas online diretas (D2C) e via sellers (3P) registraram crescimento combinado de 46% em relação a 2024, compensando parcialmente os efeitos acima. Estes canais representaram 43% do segmento, contra 26% no ano anterior, refletindo o avanço da estratégia de diversificação para vendas online diretas e via marketplaces, assim como nosso bem-sucedido posicionamento no segmento de tablets.

LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA

MARGEM BRUTA			
R\$ milhões			
	2025	2024	Var.
Receita Líquida Consolidada	3.354,9	3.688,3	(9,0%)
Custo dos Produtos e Serviços	(2.511,8)	(2.764,3)	(9,1%)
Lucro Bruto	843,1	924,0	(8,8%)
Margem Bruta	25,1%	25,1%	0,1 p.p.

Em 2025, a margem bruta permaneceu estável em relação a 2024. Ao longo do ano, houve pressão de custos associada à valorização do dólar na primeira metade do ano e a elevação dos custos de determinados insumos no final do período. Esses efeitos foram compensados pelo aumento gradual de preços e maior participação das receitas de Servidores, Serviços e Soluções de Pagamento no mix de receita.

DESPESAS OPERACIONAIS E RESULTADO OPERACIONAL

DESPESAS OPERACIONAIS			
R\$ milhões			
	2025	2024	Var.
Receita Líquida	3.354,9	3.688,3	(9,0%)
Lucro Bruto	843,1	924,0	(8,8%)
Receitas/ despesas Operacionais	(614,3)	(614,5)	(0,2%)
Despesas Comerciais	(401,2)	(436,3)	(8,0%)
Despesas Gerais e Administrativas	(229,7)	(220,8)	4,0%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(3,1)	(7,7)	(59,5%)
Outras receitas/despesas operacionais	20,9	50,3	(58,4%)
Resultado Operacional (EBIT)	230,0	309,5	25,7%

No ano, as **Despesas Operacionais** permaneceram estáveis em relação a 2024. As **Despesas Comerciais** recuaram 8,0%, refletindo o menor nível de faturamento em 2025, porém sem variação percentual em relação à receita líquida do ano (12,0% vs. 11,8%). Por outro lado, as **Despesas Gerais e Administrativas** ficaram 4,0% acima de 2024, impactadas por maiores despesas com salários, encargos e benefícios (dissídio), além de depreciação e amortização. Este aumento reflete principalmente a aquisição da Algar Tech MSP em junho de 2024, com 7 meses de reflexo no resultado daquele ano, frente a 12 meses em 2025.

As **Outras Receitas Operacionais** foram 58,4% menores em relação a 2024, principalmente em função da menor participação das vendas pela unidade de Ilhéus no mix de faturamento ao longo do ano, o que reduziu o volume de créditos fiscais financeiros reconhecidos no período. A maior concentração do faturamento na planta de Manaus, por sua vez, permite melhor aproveitamento dos créditos fiscais registrados no balanço.

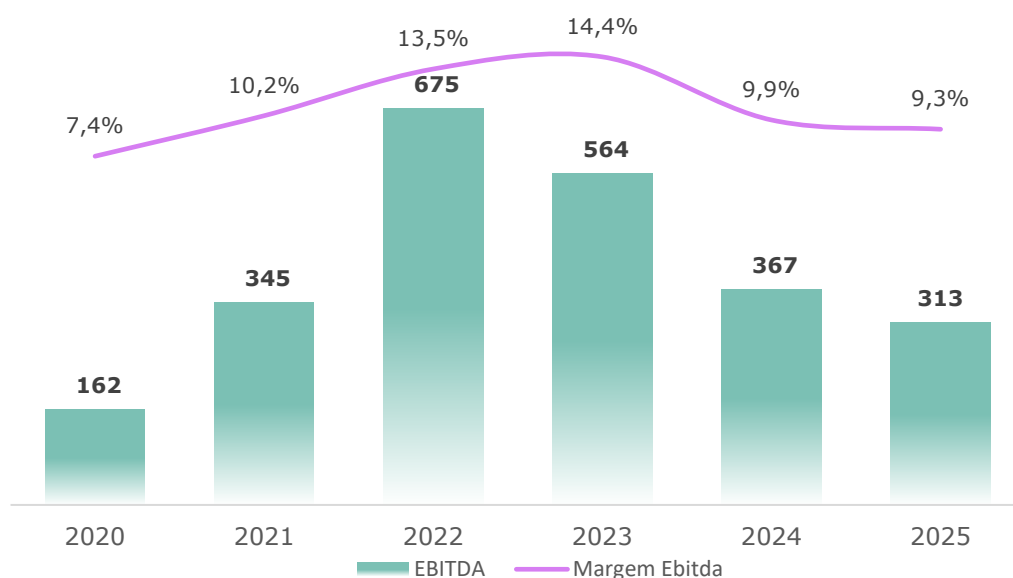
EBITDA

EBITDA			
R\$ milhões			
	2025	2024	Var.
EBIT	230,0	309,5	(25,7%)
Depreciação e Amortização	82,6	57,4	43,9%
EBITDA	312,6	366,9	(14,8%)
MARGEM EBITDA	9,3%	9,9%	-0,6 p.p.

Em 2025, o EBITDA recuou 14,8% com margem 0,6 p.p abaixo da registrada em 2024, refletindo principalmente o menor volume de receitas no ano, com destaque para a redução no segmento de Instituições Públicas.

EBITDA e Margem EBITDA

(R\$ milhões)



ROIC – Retorno sobre Capital Investido

ROIC

R\$ milhões

	2025	2024	Var.
EBIT (LTM)	230,0	309,5	(25,7%)
IR/CSLL (LTM)	(8,0)	(17,1)	(53,4%)
NOPAT (LTM)	222,0	292,4	(24,1%)
Capital Empregado	2.347,6	2.247,1	4,5%
Média do Capital Empregado¹	2.297,4	2.282,6	0,6%
ROIC²	9,7%	12,8%	-3,1 p.p.

1 - Média do capital empregado do período e do mesmo período do ano anterior. Considera o capital de giro, ativo permanente e outros ativos de longo prazo líquidos de IR/CSLL diferidos.

2 - NOPAT dos últimos 12 meses dividido pelo capital empregado médio

O menor ROIC em 2025 contra o mesmo período do ano anterior decorre do menor resultado operacional - EBIT - nos últimos doze meses, sobretudo em função da menor receita e pressões conjunturais de custos ao longo do ano.

RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO			
R\$ milhões			
	2025	2024	Var.
Receitas Financeiras	132,8	114,2	16,3%
Despesas Financeiras	(320,8)	(272,4)	17,8%
Resultado Financ. Pré-Var. Cambial	(188,0)	(158,3)	19,3%
Variação Cambial	(21,8)	(49,1)	(55,7%)
RESULTADO FINANCEIRO	(209,8)	(207,4)	1,2%

No ano, o resultado financeiro líquido negativo aumentou 1,2% em relação ao ano anterior. O impacto da maior taxa SELIC sobre as despesas financeiras foi parcialmente mitigado pelo aumento das receitas financeiras, decorrente do maior saldo médio de caixa.

LUCRO LÍQUIDO

Em 2025, o Lucro Líquido foi de R\$ 12,2 milhões, 85,6% inferior ao registrado em 2024, impactado principalmente pela menor receita no ano e consequente redução do EBITDA, além do aumento das despesas financeiras.

ENDIVIDAMENTO

R\$ milhões			
Endividamento e Disponibilidades	2025	2024	Var.
Empréstimos e Financiamentos - Curto Prazo	454,0	341,1	33,1%
Empréstimos e Financiamentos - Longo Prazo	819,5	941,7	(13,0%)
Instrumentos Financeiros Derivativos	10,4	(50,6)	(120,6%)
Endividamento	1.284,0	1.232,2	4,2%
Caixa e Equivalentes	618,4	566,9	9,1%
Disponibilidades	618,4	566,9	9,1%
Endividamento Líquido	665,6	665,3	0,1%
EBITDA LTM	312,6	366,9	(14,8%)
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO / EBITDA LTM	2,1x	1,8x	0,3x

O índice de alavancagem (endividamento líquido / EBITDA LTM (últimos doze meses) foi de 2,1x em dezembro de 2025, apresentando um incremento de 0,3x comparativamente a 2024, impactado principalmente pelo menor EBITDA do período.

Perfil da dívida - Distribuição entre curto e longo prazo	2025	2024	Var.
Empréstimos e Financiamentos - Curto Prazo	35,7%	26,6%	9,1 p.p.
Empréstimos e Financiamentos - Longo Prazo	64,3%	73,4%	-9,1 p.p.

DIVIDENDOS E AUMENTO DE CAPITAL

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia reconheceu o montante de R\$38,2 milhões de dividendos, valor que corresponde a 50% do lucro líquido do exercício após a dedução do valor destinado a reserva legal descrita na nota explicativa nº 22(c) das demonstrações financeiras. O montante foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2025, e pago aos acionistas em 30 de maio de 2025.

Em 30 de dezembro de 2025, nos termos do artigo 31 do Estatuto Social, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos extraordinários no montante de R\$ 25 milhões, com base em parcela da reserva de lucros apurada nas demonstrações financeiras do exercício anterior, encerrado em 31 de dezembro de 2024, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório relativo ao exercício social de 2025, nos termos da Lei nº 6.404/1976. O pagamento foi efetuado em 30 de janeiro de 2026, sem incidência de correção monetária ou juros.

Ainda em 30 de dezembro de 2025, a Companhia realizou o aumento do capital social montante de R\$ 743,4 milhões, mediante capitalização de saldo da reserva de lucros, conforme descrito na nota explicativa 22(a) das demonstrações financeiras.

INVESTIMENTOS

Em 2025 a Companhia realizou investimentos de R\$ 179,1 milhões, compreendendo principalmente investimentos obrigatórios em pesquisa e desenvolvimento, por meio de integralização de capital em investidas com o Fundo de Investimentos em Participações da Companhia, além de desembolsos para ampliação da estrutura produtiva, adequação e transferência de linhas de montagem e projetos de desenvolvimento de novos produtos.

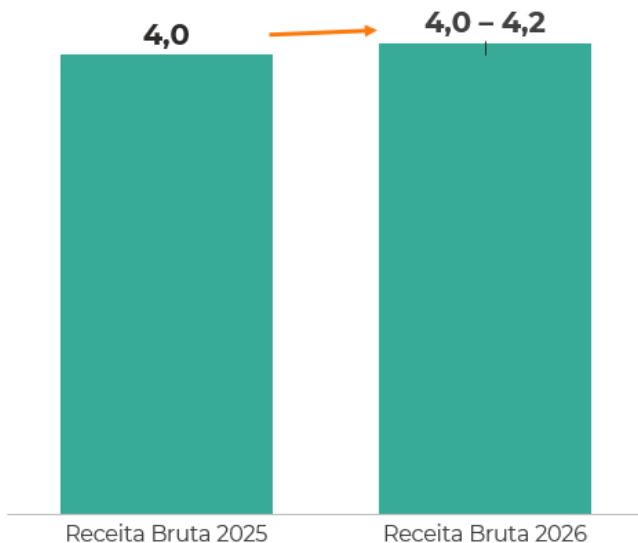
PROJEÇÕES (GUIDANCE)

Atingimento do guidance de 2025:

Em 2025, a Companhia registrou receita bruta de R\$ 4,0 bilhões, atingindo o ponto médio do guidance, que foi estabelecido entre R\$ 3,9 bilhões e R\$ 4,1 bilhões.

Projeção de Receita Bruta 2026

R\$ 4,0 a R\$ 4,2 bilhões



clientes corporativos, em PCs e servidores, e para consumidores, em PCs e outros dispositivos.

Guidance 2026: Receita Bruta entre R\$ 4,0 e R\$ 4,2 bilhões

O guidance 2026 reflete uma postura prudente diante do atual ambiente da indústria global de tecnologia, caracterizado por restrições na oferta de memórias (DRAM e NAND), que vêm elevando os preços de componentes essenciais, como memórias e SSDs. Esse movimento, observado em toda a indústria, é impulsionado pela forte demanda associada a data centers e aplicações de inteligência artificial.

Nesse contexto, os principais riscos considerados na projeção incluem:

- Pressão de custos em PCs, especialmente no atendimento a contratos previamente firmados com instituições públicas;
- Maior dificuldade de repasse de custos para

Por outro lado, a projeção também incorpora a continuidade do avanço das avenidas de crescimento estratégicas da Companhia, com destaque para:

- Crescimento dos negócios relacionados à infraestrutura de TI, incluindo servidores, Hardware as a Service (HaaS) e serviços gerenciados de TI, reforçando o posicionamento da Companhia como provedora de soluções fim a fim;
- Expansão da unidade de Soluções de Pagamento, avenida estratégica complementar ao core de infraestrutura de TI, consolidando sua atuação como fornecedora de tecnologia para o ecossistema de aquisição.

Adicionalmente, a Companhia segue adotando medidas para mitigar os riscos associados a esse cenário, incluindo a gestão criteriosa de estoques de componentes críticos, a busca por reequilíbrio econômico-financeiro em contratos públicos firmados anteriormente ao atual ciclo de custos e a disciplina na gestão de preços e portfólio. Em paralelo, mantém foco na expansão dos negócios ligados à infraestrutura de TI, como servidores, serviços gerenciados e modelos com receitas recorrentes e maior previsibilidade, bem como no avanço da integração comercial e iniciativas de cross selling entre as unidades de negócio. A Companhia entende estar adequadamente posicionada para capturar oportunidades associadas à evolução da infraestrutura tecnológica no país.

A Companhia ressalta que as projeções ora divulgadas refletem as expectativas atuais da Administração e estão sujeitas a riscos e incertezas, podendo ser afetadas por fatores fora do seu controle.

MERCADO DE CAPITAIS

A Positivo encerrou 2025 com Capital Social de R\$ 1.465 milhões como parte do patrimônio líquido de R\$ 1.576 milhões, dividido entre 141.800.000 ações ordinárias (POSI3), das quais 50,9% estão em circulação (“Free Float”). O cálculo do Free Float tem como base todas as ações da Companhia, subtraindo-se as ações detidas por acionistas controladores, administradores e pessoas ligadas e ações em tesouraria. Ao final de 2025, a Companhia atingiu R\$ 565,2 milhões de valor de mercado.

A média diária de ações negociadas em bolsa foi de 976 milhões nos últimos 12 meses, representando um volume financeiro diário médio de R\$ 4,6 milhões. POSI3 encerrou 2025 cotada a R\$ 3,82/ação, com uma diminuição de 36% em relação ao mesmo período de 2024.

PROGRAMA DE RECOMPRA DE AÇÕES

Em 29 de abril de 2025 o Conselho de Administração aprovou a criação de um novo Programa de Recompra de Ações com prazo de 18 meses, portanto ainda vigente. O programa, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia na mesma data, previa duração de 18 meses e permitia a aquisição de até 4.840.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão própria que, naquela data, representavam 3,41% do total de ações emitidas e 6,74% do total de ações emitidas pela Companhia em circulação.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou a recompra de 330.000 ações, com custo médio unitário de R\$5,08, totalizando R\$1.677, das quais 260.000 ações foram compradas durante o plano de recompra vigente.

COLABORADORES

Em 31 de dezembro de 2025, a Positivo Tecnologia contava com 8,4 mil colaboradores, alocados principalmente na sede administrativa localizada em Curitiba (PR), em Manaus (AM) e Ilhéus (BA) onde encontram-se unidades fabris, além de colaboradores da operação LATAM.

Em conformidade com O § 6º do Art. 133 da Lei das S. e reiterando nosso compromisso com a transparência e com a promoção da equidade de gênero, apresentamos dados detalhados sobre a participação feminina em nossa estrutura organizacional, bem como a evolução dos principais indicadores relacionados à diversidade:

TOTAL DE COLABORADORES POR GÊNERO

2025					
Nível de cargo	Colaboradores gênero feminino		Colaboradores gênero masculino		Total colaboradores
	Qtde	%	Qtde	%	
Conselho de Administração	1	11%	8	89%	9
Outros	3.855	46%	4.500	54%	8.355
Total	3.856	46%	4.508	54%	8.364

2024					
Nível de cargo	Colaboradores gênero feminino		Colaboradores gênero masculino		Total colaboradores
	Qtde	%	Qtde	%	
Conselho de Administração	1	11%	8	89%	9
Outros	2.729	35%	5.074	65%	7.803
Total	2.730	35%	5.082	65%	7.812

*O Conselho de Administração é composto por 9 membros e um de seus membros é o Diretor Presidente, que não recebe remuneração adicional por ser membro do Conselho de Administração.

REMUNERAÇÃO TOTAL

2025		
Nível de cargo	Colaboradores gênero feminino	Colaboradores gênero masculino
	%	%
Conselho de Administração	14%	86%
Outros	32%	68%
Total	32%	68%

2024		
Nível de cargo	Colaboradores gênero feminino	Colaboradores gênero masculino
	%	%
Conselho de Administração	14%	86%
Outros	33%	67%
Total	33%	67%

*O Conselho de Administração é composto por 9 membros e um de seus membros é o Diretor Presidente, que não recebe remuneração adicional por ser membro do Conselho de Administração.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 44, a Companhia informa que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, somente os serviços de auditoria das demonstrações financeiras foram prestados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda..

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria independente, a Companhia adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, e (ii) o auditor não deve atuar gerencialmente perante seu cliente nem promover os interesses de seu cliente.

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante no Estatuto Social.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 80/21, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e aos Administradores da
Positivo Tecnologia S.A.
Curitiba - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Positivo Tecnologia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Positivo Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (“IFRS Accounting Standards”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Reconhecimento da receita

Por que é um PAA

A Companhia realiza parte significativa de suas vendas por meio de varejo, corporativo e instituições públicas, substancialmente no mercado nacional. A receita dessas operações é reconhecida após o faturamento e o atendimento das condições estabelecidas pelas práticas contábeis referentes à receita de contratos com clientes, conforme divulgado nas notas explicativas nº 2.21 e nº 23 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Esse tema foi considerado um PAA em virtude dos seguintes aspectos: (i) o valor das receitas de vendas representa um saldo relevante no conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas; (ii) o grande volume de transações requer a operação de atividades de controles internos e sistemas informatizados que assegurem que as transações sejam adequadamente capturadas, registradas e reconhecidas no momento adequado; (iii) há um risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos todos os critérios necessários para o seu reconhecimento; e (iv) o assunto gerou extensão de procedimentos de auditoria e frequentes interações com a Administração da Companhia para avaliação do tema.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção do entendimento sobre o fluxo de transações de vendas considerando a natureza das diferentes operações da Companhia; (ii) avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes relacionados; (iii) execução de testes, em base amostral, sobre transações de vendas, em que inspecionamos a documentação comprobatória que suporta os registros contábeis, inclusive no que se refere à competência delas; e (iv) avaliação das divulgações requeridas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nossos procedimentos anteriormente descritos e as evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes revelaram determinadas deficiências de controles internos nos processos de reconhecimento da receita que alteraram a extensão de nossos procedimentos substantivos.

Consideramos que os critérios de reconhecimento da receita adotados pela Administração e as respectivas divulgações nas notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Avaliação da recuperabilidade de ativo intangível com vida útil indefinida

Por que é um PAA

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.10, nº 2.11 e nº 13 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia apresenta saldos significativos de ativo intangível de vida útil indefinida representados por ágios gerados em combinações de negócios, principalmente gerado na aquisição Positivo S+ Soluções em T.I. S.A. Esses ativos devem ter o seu valor recuperável avaliado anualmente ou sempre que houver indícios de eventual perda de valor econômico.

As avaliações da necessidade, ou não, de registro de provisão para não realização do ágio ("impairment") foram suportadas por projeções futuras de fluxos de caixa descontados preparados pela Companhia e que levaram em consideração o cenário econômico do segmento e os planos de negócios e orçamento preparados pela Administração e aprovados em seus níveis de governança.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação dos riscos associados às premissas utilizadas pela Administração nas projeções de fluxo de caixa descontado; (ii) a análise e o desafio dos planos de negócios da Companhia, com base no orçamento aprovado pelos órgãos de governança da Companhia, envolvendo avaliação de consistência das projeções com informações externas de mercado e históricas; (iii) a avaliação dos cálculos de recuperabilidade do ágio; e (iv) o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas na avaliação e no desafio das premissas e metodologia considerada para definição da taxa de desconto, bem como na avaliação da metodologia utilizada e acuracidade do cálculo.

Por que é um PAA

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria, pois: (i) o valor registrado de ágio na aquisição da Positivo S+ foi considerado material para a auditoria; (ii) a determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente e a definição de premissas de taxas de desconto e de crescimento das operações nos períodos projetados e na perpetuidade envolvem alto grau de julgamento pela Administração; (iii) alterações nas premissas adotadas poderiam ter impactos relevantes no valor recuperável do ágio e, consequentemente, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas; e (iv) o assunto gerou extensão de procedimentos de auditoria e frequentes interações com a Administração da Companhia para avaliação do tema no decorrer da auditoria.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 19 de março de 2025, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de “IFRS Accounting Standards”, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Com base em nossos procedimentos anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, entendemos que a determinação do valor recuperável do ágio na aquisição da Positivo S+ e as respectivas divulgações nas notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 19 de março de 2026


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” PR


Otávio Ramos Pereira
Contador
CRC nº 1 RS 057770/O-2

BALANÇOS PATRIMONIAIS
LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
RECEITA LÍQUIDA	23	2.479.395	3.132.600	3.354.898	3.688.326
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	24	(1.872.786)	(2.417.840)	(2.511.831)	(2.764.289)
LUCRO BRUTO		606.609	714.760	843.067	924.037
Despesas com vendas	24	(317.886)	(376.071)	(401.230)	(436.329)
Despesas gerais e administrativas	24	(142.072)	(144.285)	(229.638)	(220.817)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	8	18.577	(125.098)	20.904	50.284
Resultado da equivalência patrimonial	11	21.518	150.232	(3.101)	(7.665)
		(419.863)	(495.222)	(613.065)	(614.527)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO E TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		186.746	219.538	230.002	309.510
Receitas financeiras	26	98.703	92.470	132.796	114.170
Despesas financeiras	26	(245.125)	(218.523)	(320.828)	(272.422)
Variação cambial, líquida	26	(31.925)	(13.346)	(21.771)	(49.122)
		(178.347)	(139.399)	(209.803)	(207.374)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		8.399	80.139	20.199	102.136
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	-	-	(14.262)	(11.624)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	239	239	6.297	(5.474)
		239	239	(7.965)	(17.098)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		8.638	80.378	12.234	85.038
Atribuível aos Controladores		N/A	N/A	8.638	80.378
Atribuível aos não Controladores		N/A	N/A	3.596	4.660
LUCRO POR AÇÃO - R\$					
Básico	27	0,0620	0,5745	N/A	N/A
Diluído	27	0,0620	0,5739	N/A	N/A

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		8.638	80.378	12.234	85.038
Outros resultados abrangentes					
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado					
Diferença de Câmbio na conversão de operações no exterior					
Variação cambial sobre investimentos no exterior					
Crounal S.A./PBG Uruguay S.A.	11	(12.148)	24.067	(12.148)	24.067
Positivo Smart Tecnologia/Positivo S+ Latam	11	369	2.268	369	2.268
Positivo Argentina S.R.L	11	(2.528)	111	(2.528)	111
Hedges de Fluxo de Caixa					
Valor justo de instrumento financeiro de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	30	(2.475)	(14.884)	(2.475)	(14.884)
		(16.782)	11.562	(16.782)	11.562
Resultado abrangente do exercício		(8.144)	91.940	(4.548)	96.600
Resultado abrangente atribuído aos controladores				(8.144)	91.940
Resultado abrangente atribuído aos não controladores				3.596	4.660

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Controladora e consolidado												
Nota	Capital Social	Reserva de capital			Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros		Ações em tesouraria	Lucro Líquido do exercício	Total do patrimônio líquido	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido consolidado
		Reserva de incentivos fiscais	Opções outorgadas reconhecidas	Transação de capital com sócios		Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal					
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023												
		721.670	118.132	4.250	-	(18.580)	731.716	47.705	(17.493)	-	1.587.400	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	80.378	80.378	4.660
Outros resultados abrangentes:												
Hedges de fluxo de caixa		-	-	-	-	(14.884)	-	-	-	-	(14.884)	-
Ajuste acumulado de conversão		-	-	-	-	26.446	-	-	-	-	26.446	-
Total de resultado abrangente		-	-	-	-	11.562	-	-	-	80.378	91.940	4.660
Exercício de Opções	31	-	-	(1.195)	-	-	(1.497)	-	5.491	-	2.799	-
Opções outorgadas reconhecidas		-	-	1.071	-	-	-	-	-	-	1.071	-
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-	(38.180)	(38.180)	-
Apropriação do lucro do exercício	22.g	-	-	-	-	-	38.179	4.019	-	(42.198)	-	-
Recompra de ações	22.e	-	-	-	-	-	-	-	(9.201)	-	(9.201)	-
Lucros distribuídos aos acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.395)
		721.670	118.132	4.126	-	(7.018)	768.398	51.724	(21.203)	-	1.635.829	10.292
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024												
		721.670	118.132	4.126	-	(7.018)	768.398	51.724	(21.203)	-	1.635.829	10.292
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	8.638	8.638	3.596
Outros resultados abrangentes:												
Hedges de fluxo de caixa	30	-	-	-	-	(2.475)	-	-	-	-	(2.475)	-
Ajuste acumulado de conversão	11	-	-	-	-	(14.307)	-	-	-	-	(14.307)	-
Total de resultado abrangente		-	-	-	-	(16.782)	-	-	-	8.638	(8.144)	3.596
Aumento de capital com utilização de reservas		743.398	-	-	-	-	(743.398)	-	-	-	-	-
Cancelamento de opções	31	-	-	(1.383)	-	-	-	-	-	-	(1.383)	-
Opções outorgadas reconhecidas	31	-	-	931	-	-	-	-	-	-	931	-
Dividendos	22.f	-	-	-	-	-	(25.000)	-	-	-	(25.000)	-
Apropriação do lucro do exercício	22.g	-	-	-	-	-	8.206	432	-	(8.638)	-	-
Recompra de ações	22.e	-	-	-	-	-	-	-	(1.677)	-	(1.677)	-
Transações de capital com sócios	2.2(a.2) e 22.b	-	-	-	(24.564)	-	-	-	-	-	(24.564)	6.564
Lucros distribuídos aos acionistas não controladores	22.f	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.452)
		1.465.068	118.132	3.674	(24.564)	(23.800)	8.206	52.156	(22.880)	-	1.575.992	-
												1.575.992

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
	Nota				
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		8.638	80.378	12.234	85.038
Reconciliação do (prejuízo) lucro líquido com o caixa gerado nas operações:					
Depreciação e amortização	24	46.556	36.235	82.612	57.417
Equivalência patrimonial	11	(21.518)	(150.232)	3.101	7.665
(Ganho) perda no valor justo e ajuste a valor presente		(19.081)	(18.921)	(12.794)	(26.243)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	21	24.488	155.558	25.882	156.059
Reversão de tributos a recolher	9.a	(34.781)	-	(35.547)	(165.640)
Provisão (reversão) para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	6	7.708	(7.387)	7.729	(1.078)
Reversão de provisões para perdas com estoques	7	(19.016)	5.352	(16.935)	9.124
Reversão de demais provisões	16 e 18	(29.425)	(26.060)	(37.584)	(26.017)
Stock options	31	(452)	1.071	(452)	1.071
Encargos sobre empréstimos e contratos de arrendamento	15 e 12.a	141.477	148.422	174.317	165.561
Variação cambial		(3.415)	13.564	(23.291)	29.622
Juros sobre impostos e atualização monetária		8.292	440	12.701	5.607
Indenizações - aquisição de investimentos	19	-	(1.183)	-	(1.183)
Baixa de ativo imobilizado	12	826	-	1.201	-
Imposto de renda e contribuição social (Corrente e Diferido)	20	(239)	(239)	7.965	17.098
		110.058	236.998	201.139	314.101
(Aumento) diminuição de ativos:					
Contas a receber		73.339	520.998	32.861	441.827
Estoques		54.050	44.046	(42.545)	152.343
Impostos a recuperar		141.306	(27.891)	120.695	(30.560)
Adiantamentos diversos		3.236	15.792	5.177	15.713
Contas a receber com partes relacionadas		(29.816)	(21.677)	(3.424)	(1.532)
Outros créditos		14.616	1.708	24.081	18.047
Aumento (diminuição) de passivos:					
Fornecedores		15.986	(165.650)	52.446	(207.637)
Obrigações tributárias		(20.684)	11.671	(15.857)	20.966
Contas a pagar com partes relacionadas		(27.426)	8.780	83	193
Outras contas a pagar		66.118	5.951	86.384	3.086
Indenizações	21	(4.052)	(10.587)	(8.960)	(11.605)
Juros pagos na aquisição de investimentos	2.2(a)	-	-	(7.544)	-
Pagamento de juros sobre empréstimos e contratos de arrendamento	12.a e 15	(115.261)	(167.036)	(146.824)	(185.862)
		171.412	216.105	96.573	214.979
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		281.470	453.103	297.712	529.080
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Aquisição de controlada, líquido do caixa incluído na aquisição	2.2(a)	-	-	-	(159.123)
Aporte de capital em investidas	11	(7.800)	(22.089)	(32.292)	(23.196)
Mútuo concedido e demais operações com investidas / partes relacionadas	10	(74.626)	(26.015)	2.023	(13.123)
Aquisição de imobilizado	12	(14.502)	(13.207)	(23.243)	(20.886)
Aumento do intangível	13	(96.187)	(56.477)	(123.554)	(70.198)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(193.115)	(117.788)	(177.066)	(286.526)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamentos pela aquisição de investimentos	2.2(a)	-	(1.445)	(52.790)	(13.172)
Pagamentos de dividendos	22.f	(38.174)	(58.597)	(39.706)	(61.992)
Captação de empréstimos	15	459.273	957.845	465.692	1.153.228
Amortização de empréstimos	15	(416.862)	(1.310.312)	(429.147)	(1.321.355)
Pagamento de contratos de arrendamento	12.a	(9.289)	(8.422)	(14.613)	(11.352)
Partes relacionadas	10	-	(3.935)	-	(1.937)
Recompra de ações	22.e	(1.677)	(9.201)	(1.677)	(9.201)
Recursos provenientes do exercício de opções de ações	31	-	2.799	-	2.799
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(6.729)	(431.268)	(72.241)	(262.982)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes		-	-	3.028	(4.018)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO		81.626	(95.953)	51.433	(24.446)
Caixa e equivalentes no início do exercício	5	418.355	514.308	566.929	591.375
Caixa e equivalentes no final do exercício	5	499.981	418.355	618.362	566.929
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO		81.626	(95.953)	51.433	(24.446)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)**

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Receitas				
Vendas de produtos e serviços	2.945.894	3.644.039	3.953.418	4.288.156
Devoluções e descontos comerciais	(82.148)	(125.597)	(88.348)	(130.581)
Verba de propaganda cooperada e rebate	(73.500)	(100.779)	(76.679)	(104.260)
Reversão (Provisão) para créditos de liquidação duvidosa	(7.708)	7.387	(7.729)	1.078
Outras receitas	142	-	16.471	179.748
	2.782.680	3.425.050	3.797.133	4.234.141
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.718.278)	(2.267.585)	(1.860.604)	(2.376.554)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(262.231)	(465.024)	(347.276)	(492.199)
Comissões	(31.410)	(54.291)	(64.795)	(74.138)
Marketing	(46.036)	(52.920)	(57.408)	(62.031)
	(2.057.955)	(2.839.820)	(2.330.083)	(3.004.922)
Valor adicionado bruto	724.725	585.230	1.467.050	1.229.219
Depreciação e amortização	(46.556)	(36.235)	(82.612)	(57.417)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	678.169	548.995	1.384.438	1.171.802
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	21.517	150.232	(3.101)	(7.665)
Receitas financeiras e variações cambiais ativas	142.407	153.930	195.015	185.730
	163.924	304.162	191.914	178.065
Valor adicionado total a distribuir	842.093	853.157	1.576.352	1.349.867
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	148.125	158.337	506.266	364.669
Benefícios	15.141	28.668	92.244	72.762
FGTS	17.232	17.638	36.331	28.182
	180.498	204.643	634.841	465.613
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	290.653	192.425	425.171	289.429
Estaduais	28.344	70.779	70.146	95.782
Municipais	4.264	2.637	15.488	8.816
	323.261	265.841	510.805	394.027
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e despesas financeiras	245.125	218.523	320.828	272.422
Aluguéis	8.942	8.966	13.654	12.085
Variação cambial	75.629	74.806	83.990	120.682
	329.696	302.295	418.472	405.189
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	-	38.180	-	38.180
Lucro retido	8.638	42.198	8.638	42.198
Parcela dos não controladores no lucro retido	-	-	3.596	4.660
	8.638	80.378	12.234	85.038
Valor adicionado total distribuído	842.093	853.157	1.576.352	1.349.867

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sumário

1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	13
2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	13
3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZA NAS ESTIMATIVAS.....	30
4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES	32
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	33
6. CONTAS A RECEBER	34
7. ESTOQUES.....	35
8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR.....	35
9. OUTROS ATIVOS	37
10. PARTES RELACIONADAS.....	38
11. INVESTIMENTOS	40
12. IMOBILIZADO.....	46
13. INTANGÍVEL	48
14. FORNECEDORES.....	49
15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	50
16. PROVISÕES.....	52
17. TRIBUTOS A RECOLHER.....	53
18. RECEITA DIFERIDA.....	53
19. OUTRAS CONTAS A PAGAR.....	54
20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	55
21. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS.....	55
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	57
23. RECEITA LÍQUIDA	61
24. DESPESAS POR NATUREZA.....	61
25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS.....	62
26. RESULTADO FINANCEIRO	63
27. LUCRO POR AÇÃO.....	64
28. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	65
29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA	70
30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	70
31. PLANO DE RECOMPRA DE AÇÕES E STOCK OPTIONS.....	72
32. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	73

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS,
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Positivo Tecnologia S.A. ("Companhia") possui sede no Brasil, cidade de Curitiba-PR, além de unidades fabris na cidade de Manaus-AM e Ilhéus-BA. Foi fundada em 1989 e desde dezembro de 2006 tem suas ações (POSI3) negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBOVESPA sob observância das práticas de Governança Corporativa - Novo Mercado.

Tem como atividades preponderantes a industrialização, comercialização e desenvolvimento de projetos na área de informática; industrialização, comercialização e locação de software e hardware; comercialização de equipamentos de informática, de sistemas de aplicação pedagógica e de administração escolar, planejamento e suporte técnico-pedagógico; representação, comercialização, implantação, treinamento e suporte, assistência técnica de equipamentos e de sistemas de ensino técnico, tecnológico e científico em diversas áreas e demais atividades correlatas; desenvolvimento, fabricação e comercialização de urnas eletrônicas, prestação de serviço na área da tecnologia da informação, serviços gerenciados de T.I.

A diversificação de produtos é uma das marcas da Companhia. Atualmente fazem parte do portfólio computadores, servidores, monitores, celulares, tablets, soluções para casas e escritórios inteligentes, segurança e automação residencial, além de produtos para a área de tecnologia educacional.

b) Emissão das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas

A emissão das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foi autorizada pela Administração em 18 de março de 2026.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas na nota 3.

Continuidade Operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando.

Demonstração do Valor adicionado ("DVA")

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira e, apresentada como informação suplementar para fins de IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.2. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

a) Controladas diretas e indiretas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida quando a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

		Participação %	
		31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Controladas Diretas			
Positivo Smart Tecnologia Ltda.		100,00	100,00
ACC Brasil Ind. e Com. de Comp. Ltda.	2.2(a.2)	5,15	-
Crounal S.A.		100,00	100,00
Positivo Argentina S.R.L.		100,00	100,00
Boreo Indústria de Componentes Ltda.		100,00	100,00
Positivo Distribuição e Comércio Ltda.		100,00	100,00
Positivo Tecn. Fundo de Invest. em Partic. em Emp. Emergentes.		100,00	100,00
SC Indústria de Equipamentos Eletrônicos Ltda.		100,00	100,00
Controladas Indiretas			
Investidas da Positivo Smart Tecnologia Ltda.			
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.		100,00	100,00
ACC Brasil Ind. e Com. de Comp. Ltda.	2.2(a.2)	94,85	80,00
Positivo S+ Soluções em TI S.A.	2.2(a.1)	100,00	100,00
Investidas da Positivo S+ Soluções em TI S.A.			
Algar Tech S.A. de C.V. "Algar México"		100,00	100,00
Algar Tecnologia S.A.S. "Algar Colômbia"		100,00	100,00
Algar TI Consultoria S.A., Sucursal Argentina		100,00	100,00

(a.1) Aquisição de Controladas

Em 31 de maio de 2024, a Companhia concluiu, através de sua controlada direta, Positivo Smart Tecnologia Ltda., a aquisição da totalidade das ações da Positivo S+ Soluções em T.I. S.A. (anteriormente denominada Algar T.I. Consultoria S.A.), incluindo suas subsidiárias no exterior: Algar Tech S.A. de C.V. "Algar México", Algar Tecnologia S.A.S. "Algar Colômbia" e Algar TI Consultoria S.A., Sucursal Argentina "Algar Argentina", todas atuantes nas atividades de serviços gerenciais de tecnologia da informação, incluindo gestão de infraestrutura de T.I., gerenciamento de nuvem e segurança da informação.

Na data de fechamento da operação, em 31 de maio de 2024, o preço de aquisição preliminar e sujeito aos ajustes de contrato, foi de R\$235.000, sendo R\$190.000 pagos na data da aquisição (R\$159.123, líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa adquiridos) e preço complementar (earn-out) de R\$45.000, além de R\$16.000 referente ao caixa mínimo mantido na adquirida pela vendedora, definido nos termos da cláusula 5.2(vi) do contrato de compra e venda. Em 31 de dezembro de 2024, com base nas alocações preliminares, a Companhia registrou ágio fundamentado nos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição e mais valia referente aos ativos da adquirida nos valores de R\$80.493 e R\$55.300, respectivamente, os quais foram ajustados conforme mencionados nos próximos parágrafos.

A Companhia contratou consultoria especializada para elaboração de laudo para conclusão sobre a alocação do preço de aquisição ("PPA"). Na conclusão deste trabalho, foram identificados e realizados ajustes nas demonstrações contábeis da adquirida, em virtude de inconsistências contábeis apuradas, referentes a períodos anteriores a data de aquisição, dentro do prazo para conclusão do laudo de alocação do preço de aquisição ("PPA").

Consequentemente, esta alocação final dos ativos e passivos assumidos, resultou no preço de aquisição final no valor de R\$242.790 e nos reconhecimentos de ágio no valor de R\$111.872, mais-valias de ativos no valor de R\$62.485, tributos diferidos passivos sobre estas mais-valias no valor de R\$21.245 e valores a reembolsar a vendedora no montante de R\$3.034. Após o pagamento de R\$190.000, o saldo a pagar remanescente relativo à aquisição, líquido dos ajustes de preço, totalizou R\$52.790, referente à parcela complementar e ao caixa mínimo mantido na adquirida, foi liquidado em 02 de junho de 2025 pelo valor de R\$60.334 (corrigido pela variação CDI).

O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, ajustados na data de aquisição, estão demonstrados a seguir:

Saldos em 31 de maio de 2024 - Consolidado							
<u>Ativos Reconhecidos</u>	<u>Data de Fechamento</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldo Final</u>	<u>Passivos assumidos</u>	<u>Data de Fechamento</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldo Final</u>
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente caixa	30.877	-	30.877	Fornecedores	8.924	2.620	11.544
Contas a receber	126.166	(18.734)	107.432	Obrigações trabalhistas	48.886	334	49.220
Tributos a recuperar	20.495	-	20.495	Obrigações tributárias	10.150	-	10.150
Outros ativos	9.866	(624)	9.242	Outras obrigações	2.620	183	2.803
	187.404	(19.358)	168.046		70.580	3.137	73.717
Não circulante				Não circulante			
Tributos diferidos	371	-	371	Tributos diferidos	10.595	-	10.595
Tributos a recuperar	3.161	-	3.161	Provisões para riscos tributários, trabalhist	13.150	-	13.150
Outros ativos	2.268	-	2.268	Outras obrigações	4.758	-	4.758
Imobilizado	10.477	-	10.477		28.503	-	28.503
Intangível	10.609	-	10.609				
	26.886	-	26.886				
Total do ativo	214.290	(19.358)	194.932	Total do passivo	99.083		102.220

A alocação final do preço de aquisição, com base no laudo de avaliação elaborado pela consultoria independente, esta demonstrada a seguir:

Alocação do preço de aquisição		
Valor Contábil		
Ativos reconhecidos		194.932
Passivos assumidos		(102.220)
Mais valia - Ativos intangíveis	(i)	62.485
Tributos diferidos	(ii)	(21.245)
Valores a reembolsar à vendedora	(iii)	(3.034)
Patrimônio Líquido Ajustado		130.918
Valor pago à vista		190.000
Caixa mínimo aquisição		16.000
Parcela complementar		45.000
Ajuste de Preço		(8.210)
Saldo remanescente		52.790
Preço de aquisição		242.790
Ágio		111.872

O ágio gerado está fundamentado nos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição. A taxa de desconto utilizada para mensuração dos fluxos de caixa resultantes da aquisição foi de 20,54%.

(i) Mais valia de ativos

Mais valia alocada aos ativos intangíveis		
Descrição	Vida útil - meses	Valor de Mercado
Carteira de clientes (a)	204	58.676
Contrato de não competição (b)	60	1.206
Direito de uso - Marca (c)	6	2.603
Mais valia		62.485

(a) Carteira de clientes - Tem origem no relacionamento da adquirida com sua clientela. Essa relação representa uma fonte de renda estável e recorrente.

(b) Contrato de não competição – No contrato de aquisição foi identificada cláusula de não concorrência que impede os antigos sócios de desenvolverem ou se afiliarem a uma operação no mesmo segmento da empresa adquirida.

(c) Direito de uso – Benefícios econômicos proveniente da utilização da marca “Algar” no Brasil e América Latina.

(ii) Tributos diferidos

A Companhia reconheceu tributos diferidos passivos sobre a mais valia dos ativos intangíveis, considerando as taxas nominais vigentes na data de aquisição.

(iii) Valores registrados no ativo da adquirida na data de aquisição, que deverão ser transferidos pela compradora à vendedora, quando os recursos ficarem disponíveis no caixa da adquirida. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo remanescente dessa obrigação é de R\$2.362.

(a.2) Aquisição de participação de não controladores - ACC Brasil Ind. e Com. de Comp. Ltda.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia adquiriu a totalidade da participação detida pelos acionistas não controladores da ACC Brasil Ind. e Com. de Comp. Ltda.

O preço de aquisição totalizou R\$18.000, a serem pagos em quatro parcelas, conforme cronograma abaixo:

Data de vencimento	Valor (R\$ mil)
20/01/2026	5.900
20/01/2027	1.000
20/01/2029	4.000
20/01/2030	7.100
Total	18.000
(-) Circulante	5.900
(-) Não circulante	12.100

A partir da segunda parcela, os valores serão atualizados pela variação positiva acumulada do IPCA/IBGE, acrescida de juros de 3% ao ano, calculados desde a data da aquisição.

Na data-base da aquisição, a composição societária da ACC Brasil correspondia a 94,85% detidos pela Positivo Smart Tecnologia Ltda., controlada da Companhia, e 5,15% detidos por acionistas não controladores. Anteriormente, as participações correspondiam a 80% e 20%, respectivamente, tendo ocorrido, em 29 de dezembro de 2025, aumento de capital no montante de R\$49.977, integralizado mediante capitalização de reservas de lucros, com anuência dos acionistas não controladores, resultando na recomposição das participações societárias. A alocação do preço de compra pela adquirente é demonstrada abaixo:

Descrição	Valor
Contraprestação total transferida	18.000
(-) Valor contábil da participação de não controladores adquirida	(4.259)
Diferença entre o valor contábil e a contraprestação	13.741

A operação não resultou em mudança de controle, uma vez que, antes e após a transação, a Companhia manteve o poder de dirigir as políticas financeiras e operacionais da ACC Brasil, bem como a exposição a retornos variáveis e a capacidade de afetar tais retornos por meio do exercício de seu poder, permanecendo atendidos os requisitos de controle.

Nos termos do CPC 36 (R3) (itens 23 e B96) - Demonstrações Consolidadas, alterações na participação da controladora em controlada que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais. Assim, a diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação dos acionistas não controladores adquirida foi reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

b) Empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*)

Empreendimento controlado em conjunto é a entidade sobre a qual a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. O empreendimento controlado em conjunto é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e é, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo. A participação nos lucros ou prejuízos é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de um empreendimento controlado em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da *joint venture*.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e seu empreendimento controlado em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da joint venture são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

	Participação %	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Empreendimento controlado em conjunto		
Informática Fuego S.A.	50,00	50,00
Investida da Positivo Smart Tecnologia Ltda.		
PBG Rwanda Limited.	50,00	50,00
Investida da Crounal S.A.		
PBG Uruguay S.A.	50,00	50,00

c) Coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em uma joint venture. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados e os ativos e passivos de coligadas são incorporados nestas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a IFRS 5 (CPC 31).

De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial consolidado ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada.

	Participação %			
	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Coligadas				
Hi Technologies Holding Ltd.	24,81	24,81	43,33	43,33
Desenvolve Brasil I -Fundo de Invest. Partic. em Capital Semente (anteriormente denominado Desenvolve Amazônia)	49,41	57,05	49,41	57,05
Inova IV Fundo de Invest. Partic. em Empresas Emergentes	22,80	19,90	30,00	28,37
Inova X Fundo de Invest. Partic. em Empresas Emergentes	30,28	32,94	30,28	32,94
Inova IX Fundo de Invest. Partic. Capital Semente (i)	-	10,00	-	10,00
Govetech Brasil Fundo de Invest. em Partic. Capital Semente	61,65	47,56	61,65	47,56
WE Empreend. Feminino Fundo de Invest. em Partic. - Capital Semente (i)	-	5,63	-	5,63
Investida da Hi Technologies Holding Ltd.				
Hi Technologies S.A.	24,81	24,81	43,33	43,33

(i) Em 31 de dezembro de 2025, a Administração reavaliou os investimentos nos fundos Govetech Brasil Fundo de Investimento em Participações Capital Semente e WE Empreendimentos Femininos Fundo de Investimento em Participações – Capital Semente, tendo concluído pela ausência de evidências de influência significativa, conforme definição do CPC 18 – Investimento em Coligada, Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto. Em decorrência, tais investimentos foram reclassificados para a rubrica de outros ativos, passando a ser mensurados a valor justo por meio do resultado.

d) Outros investimentos

A Companhia não tem influência significativa nestes investimentos, os quais foram mensurados a valor justo por meio do resultado:

Outros investimentos - Positivo Tecn. Fundo de Invest. em Partic. em Emp. Emergentes	Participação %	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Tech Inovações Tecnológ. para a Agrop. S.A.	19,19	19,19
Agrosmart S.A.	11,06	11,06
Pharmalog S.A.	25,59	25,59
Encontre Um Nerd S.A. (i)	-	23,90
Mundo Maker Educação Ltda	20,00	20,00
Communy Serviços em Tecnologia da Informação Ltda	15,33	15,33
Earth Renewable Technologies BR Ltda.	10,33	10,33
MAX.IA Education S.A.	14,28	14,28
Cervello Informática Ltda.	27,03	27,03
Almaden Brasil Ltda.	35,51	35,51

(i) Em 18 de agosto de 2025, a Administração do FIP Positivo, realizou a venda de sua participação na empresa Encontre Um Nerd S.A. "Eunerd", pelo montante de R\$460. Com a venda, a Companhia renuncia a qualquer direito de conversão dos títulos em participação societária.

2.3. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas na nota 25 de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. Os principais segmentos operacionais da Companhia são Consumo, Instituições Públicas e Corporativo.

2.4. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda Funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com instrumentos financeiros são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

c) Investidas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

(i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.

(ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).

(iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas.

2.6. Ativos financeiros

2.6.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e nas características dos fluxos de caixas contratuais.

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: (i) não se enquadram nos modelos de negócios para quais seria possível a classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) os ativos financeiros que são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: “Instrumentos financeiros derivativos” e “outros investimentos”.

b) Custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado os ativos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: “Caixas e equivalentes de caixa”, “Contas a receber de clientes”, “Outros créditos”, “Partes relacionadas”.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

2.6.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são contabilizados usando o método da taxa efetiva de juros subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas sobre investimentos em instrumentos da dívida mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, valores a receber de arrendamento, valores a receber de clientes, bem como contratos de garantia financeira. O valor das perdas de crédito esperadas é atualizado em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

Um ativo financeiro está sujeito à redução ao valor recuperável quando um ou mais eventos que tenham um impacto negativo sobre os fluxos de caixa futuros estimados daquele ativo financeiro tiver ocorrido. As evidências de que o ativo financeiro está sujeito à redução ao valor recuperável incluem dados observáveis sobre os eventos a seguir:

- a) Dificuldade financeira significativa do emissor ou do devedor;
- b) Violação de contrato, tal como inadimplência ou evento;
- c) Os credores do devedor, por motivos econômicos ou contratuais relacionados à dificuldade financeira do devedor, concederam ao devedor um desconto que o credor não consideraria de outra forma;
- d) É provável que o devedor declare falência ou outra forma de reorganização financeira; ou
- e) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia avaliou sua carteira de recebíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e não identificou evidências que pudessem impactar as estimativas de reconhecimento de provisão para perdas de crédito esperadas, dentre os quais destacam-se: aumento da inadimplência, dificuldade financeira de seus principais clientes, violações de contrato, ou concessões de desconto não usuais em relações comerciais.

Desta forma, o valor da provisão para perda reconhecida e divulgada na nota explicativa n.º 6 reflete de maneira adequada a estimativa de perda esperada pela Companhia na data de divulgação das demonstrações contábeis.

2.6.5. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, "*swaps*" de taxa de juros e de moedas. As notas 29 e 30 incluem informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros, além de determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de *hedge* de riscos cambiais de uma operação em moeda estrangeira.

No início das relações de *hedge* designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*, e a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*.

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em Outros Resultados Abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Maiores detalhes sobre a instrumentos financeiros derivativos designados para contabilização de proteção (*hedge accounting*) estão descritos na nota 30.

2.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor de cada operação e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("*PECLD*" ou "*impairment*").

2.8. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas e indiretas de produção (com base na capacidade operacional normal).

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

A provisão de obsolescência para estoques é realizada com base na avaliação das matérias primas, estoques de revendas e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda. A base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

2.9. Imobilizado

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia, quando aplicável. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativo imobilizado	Vida útil (anos)
Máquinas e equipamentos	10
Benfeitorias em imóveis	10
Hardware	5
Móveis e utensílios	10
Instalações industriais	10
Edificações	25
Outros imobilizados	10

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.10. Ativos intangíveis

a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. As perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado nas Unidades Geradoras de Caixa para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

b) Ativo intangível gerado internamente em andamento

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstrado todas as seguintes condições:

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda;
- A intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- A habilidade de usar ou vender o ativo intangível;
- Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros;
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

c) Ativo intangível gerado internamente concluído

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

A amortização é iniciada após a conclusão dos projetos, momento em que a Companhia obtém ou pode obter os benefícios econômicos oriundos da sua utilização e/ou comercialização.

d) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- O software pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software;
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os softwares desenvolvidos pela Companhia são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

e) Vida útil ativo intangível:

Abaixo apresentamos a vida útil dos ativos intangíveis da Companhia:

Ativo intangível	Vida útil (anos)
Projetos desenvolvidos internamente	3 a 10
Software	3 a 5
Licenças de uso	5

2.11. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o *ágio*, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa). Os ativos não financeiros, exceto o *ágio*, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.12. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13. Arrendamento

a) A Companhia como arrendatária

Os contratos de arrendamentos em que a Companhia e suas controladas atuam como arrendatárias são reconhecidos no balanço na conta de ativo de direito de uso e contrapartida no passivo de arrendamento, exceto arrendamentos de curto prazo e de baixo valor, que são reconhecidos como despesa em uma base linear durante o prazo do arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado ao custo, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, ajustado para qualquer remensuração da obrigação de arrendamento. A depreciação é calculada com base na vida útil do bem ou pelo prazo do contrato. A obrigação de arrendamento é inicialmente mensurada ao valor presente das parcelas de arrendamento do contrato, atualizados mensalmente pelos juros descontados e liquidados pelos pagamentos de arrendamento realizados.

O prazo remanescente dos contratos de arrendamento, que são os mesmos períodos em que os ativos de direito de uso serão depreciados, compreendem o período de 12 a 60 meses.

b) A Companhia como arrendadora

As contas a receber de arrendatários referentes a contratos de arrendamento são registradas inicialmente com base no valor justo do bem arrendado. O rendimento do arrendamento é reconhecido nos períodos contábeis, a fim de refletir a taxa de retorno efetiva no investimento líquido da Companhia em aberto em relação aos arrendamentos.

2.14. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

2.15. Subvenções governamentais

A Companhia goza de benefícios fiscais, os quais são caracterizados como subvenções governamentais, conforme mencionado na nota 8.

A parcela correspondente à utilização dos benefícios fiscais relativa ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, decorrente da venda de produtos industrializados, bem como do crédito financeiro instituído pela Lei 13.969 de 2019, é reconhecida da seguinte forma:

- Como receita do exercício corrente, a parcela em que as obrigações de investimentos relacionadas ao benefício foram plenamente atendidas;
- Mantida no passivo, sob a rubrica receita diferida, a parcela correspondente ao crédito financeiro, nos termos da Lei 13.969 de 2019, cuja obrigação de investimento ainda não foi plenamente atendida;
- Como receita do exercício corrente, a parcela em que não há obrigação direta de investimento.

Em atendimento à Lei 11.638/07 e ao CPC 7 - Subvenção e assistência governamentais, as subvenções governamentais da Companhia são reconhecidas no resultado na rubrica de impostos sobre vendas, exceto o crédito financeiro instituído pela Lei 13.969/2019 que é tratado como outras receitas operacionais. Após a apuração do resultado do exercício, se houver sido apurado lucro, é realizada a destinação dos incentivos fiscais para a conta de reserva de incentivos fiscais em reserva de lucros no patrimônio.

2.16. Provisões para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) e outras são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais apurados. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.18. Benefícios a empregados

a) Remuneração baseada em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados e executivos da Companhia é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na nota 31.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos.

O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta "Opções Outorgadas Reconhecidas" que registrou o benefício aos empregados.

b) Obrigações de aposentadoria

A Companhia opera com plano de pensão na modalidade de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

2.19. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia.

2.20. Ações em tesouraria

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido.

2.21. Reconhecimento da receita

O CPC 47, equivalente à norma internacional IFRS 15 e interpretações relacionadas se aplica, com exceções limitadas, a todas as receitas decorrentes de contrato com cliente. O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente: (i) Identificar o contrato com o cliente; (ii) Identificar as obrigações de desempenho no contrato; (iii) Determinar o preço das transações; (iv) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; (v) Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

O CPC 47 exige que a Companhia exerça julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes, e que a receita reconhecida reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

a) Receita de vendas

As receitas de vendas de mercadorias são reconhecidas quando da transferência da propriedade, dos riscos e do controle dos bens para terceiros, somente pelo valor que a Companhia espera ter direito na transação (seus valores deduzidos de descontos incondicionais, devoluções, ajuste a valor presente calculados sobre as vendas a prazo, os impostos sobre vendas e verbas comerciais concedidas).

b) Prestação de serviços

As receitas de serviços são mensuradas com base nas contraprestações especificadas nos contratos com os clientes e são reconhecidas quando as obrigações previstas forem efetivamente satisfeitas e quando há direito de recebimento dos valores. Dentre os principais serviços prestados pela Companhia destacamos as soluções para a área de tecnologia educacional, consultoria e desenvolvimento de softwares, serviços gerenciados de TI e assistência técnica.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.22. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZA NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa 2, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

a) Mensuração do valor justo (notas explicativas 28 e 29)

Alguns dos ativos e passivos da Companhia são mensurados pelo valor justo para fins de elaboração das demonstrações financeiras, em especial caixa e equivalente de caixa e os instrumentos financeiros derivativos.

Para estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis do mercado, na extensão em que estejam disponíveis. Quando não há informações de Nível 1 disponíveis, a Companhia envolve profissionais qualificados no processo de avaliação e mensuração dos valores justos de tais ativos e passivos.

As informações sobre as técnicas de avaliação e as informações usadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgadas nas notas explicativas 28 e 29.

b) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa 6)

A Companhia mensura a provisão para perdas de contas a receber de clientes em um valor equivalente à perda de crédito esperada sobre as contas a receber de clientes durante a vida útil. As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas considerando a experiência de inadimplência histórica do devedor e em uma análise da posição financeira atual do devedor, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam.

As informações prospectivas (como os indicadores de desempenho econômico previstos) também são levadas em consideração se, com base na experiência anterior, tais indicadores mostrarem uma correlação significativa com as perdas reais de crédito.

c) Realização dos estoques (nota explicativa 7)

A Companhia efetua a análise de realização dos estoques com base na expectativa de utilização ou venda dos estoques, como também na avaliação entre o valor contábil e o valor líquido de realização. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas de perda por giro lento de mercadorias ou realização com margem abaixo do valor contábil.

d) Impostos a recuperar (nota explicativa 8)

Conforme descrito na nota 8, a Administração efetua estudos periódicos para avaliar a realização dos créditos relativos a impostos a recuperar, tomando medidas preventivas para que tal realização ocorra e evitar que o saldo exceda a capacidade de sua realização.

e) Vida útil dos bens do ativo imobilizado, intangível e prazo dos contratos de arrendamento (notas explicativas 12 e 13)

O cálculo da depreciação e amortização dos ativos imobilizado e intangível inclui as estimativas das vidas úteis. Essa estimativa é determinada considerando o período que esses ativos irão gerar benefícios econômicos para a Companhia.

Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato.

A Companhia realizou, a revisão da vida útil de seus ativos imobilizado e intangível, e não identificou alterações.

f) Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis (nota explicativa 21)

As provisões são reconhecidas como passivo quando pode ser feita uma estimativa confiável do valor presente da obrigação, sendo ainda provável que ocorram saídas de recursos necessárias para liquidar tais obrigações.

As provisões são realizadas com base no parecer dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, considerando jurisprudências disponíveis, legislação vigente, elementos probatórios disponíveis.

As provisões são reavaliadas periodicamente para constatar se houveram mudanças significativas nos valores das causas ou a existência de elementos novos que possam impactar a estimativa de perda desses processos.

g) Provisões (nota explicativa 16)

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação legal, que pode ser estimada de maneira confiável, seja provável que sejam necessárias saídas de caixa futuras para liquidação dessas obrigações.

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado.

As provisões reconhecidas pela Companhia derivam de contratos firmados como a provisão para royalties, legislação (pós-venda) ou originadas em suas relações comerciais como por exemplo comissões e marketing.

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

(a) Normas que foram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025 que não geraram impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

- Alterações ao IAS 21 / CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversibilidade.

As alterações introduzem orientações para determinar a taxa de câmbio a ser utilizada quando uma moeda não é conversível em outra na data de mensuração, incluindo critérios para avaliação da existência de restrições à conversibilidade e exigências adicionais de divulgação.

A Companhia avaliou os potenciais efeitos dessas alterações e concluiu que sua adoção não produziu impactos relevantes, uma vez que não mantém operações em ambientes com restrições cambiais que caracterizem ausência de conversibilidade nos termos da norma.

- Melhorias Anuais às Normas IFRS – Volume 11

Correspondem ao ciclo de melhorias emitido pelo IASB com o objetivo de promover ajustes pontuais e de escopo restrito em determinados pronunciamentos internacionais de contabilidade.

As alterações contemplam esclarecimentos redacionais, ajustes de consistência conceitual e correções de referências cruzadas entre normas, sem introduzir novos princípios de reconhecimento ou mensuração.

A Administração avaliou os efeitos dessas melhorias e concluiu que sua adoção não resultou em impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

(b) Normas com vigência prevista para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027:

- IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis -

Substituirá a IAS 1 (CPC 26) e introduz nova estrutura de apresentação da Demonstração do Resultado, incluindo:

- definição de categorias obrigatórias (operacional, investimento e financiamento);
- novos subtotais padronizados;
- requisitos específicos para classificação de receitas e despesas;
- maior disciplina e transparência na divulgação de indicadores alternativos de desempenho (*Management Performance Measures* – MPMs).

Espera-se que os principais impactos decorram de alterações na apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, sem mudanças relevantes nos critérios de reconhecimento e mensuração.

- CPC 51 e Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28

Correspondem à convergência brasileira ao IFRS 18, introduzindo nova estrutura de apresentação das demonstrações financeiras e alterações correlatas em outros pronunciamentos técnicos.

- IFRS 19 – Controladas sem Responsabilidade Pública: Divulgação

Estabelece um conjunto reduzido de requisitos de divulgação para entidades que não possuam responsabilidade pública e que sejam controladas de entidades que elaboram demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS completas, mantendo inalterados os critérios de reconhecimento e mensuração

A Administração encontra-se avaliando os potenciais impactos decorrentes da adoção das normas e alterações ainda não vigentes, especialmente aqueles relacionados à apresentação e às divulgações das demonstrações financeiras, não tendo adotado antecipadamente quaisquer dessas normas até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Bancos	11.181	62.366	62.115	90.845
Aplicações financeiras atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI	488.800	355.989	556.247	476.084
	499.981	418.355	618.362	566.929

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras da Companhia correspondem substancialmente a operações compromissadas e de Certificado de Depósito Bancário – CDB com títulos privados, em moeda nacional, sendo remuneradas em média de 97,04% (97,88% em dezembro de 2024) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, sendo prontamente conversíveis em um valor conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
A vencer	260.275	370.986	828.030	952.792
Vencidos até 30 dias	66.231	58.249	69.905	61.086
Vencidos de 31 a 60 dias	26.981	20.126	28.893	21.363
Vencidos de 61 a 90 dias	7.018	3.768	8.858	4.989
Vencidos de 91 a 180 dias	6.393	7.315	10.969	9.243
Vencidos de 181 a 360 dias	8.501	12.148	13.194	13.991
Vencidos há mais de 361 dias	120.082	101.186	130.559	108.966
(-) Provisão para perda de créditos esperadas	(115.102)	(107.394)	(124.659)	(116.930)
(-) Ajuste a valor presente	(6.559)	(5.469)	(17.596)	(9.471)
	373.820	460.915	948.153	1.046.029
Parcela no circulante	359.386	456.604	741.297	860.937
Parcela no não circulante	14.434	4.311	206.856	185.092

A Companhia avalia a necessidade de provisão para perdas de créditos esperadas, substancialmente, através de análises prospectivas de sua carteira de ativos, considerando se há dificuldade financeira relevante do devedor, mudanças adversas nas condições econômicas que se correlacionam com as inadimplências, e na experiência de inadimplência passada do devedor.

Abaixo apresentamos a movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Saldo inicial	(107.394)	(114.831)	(116.930)	(118.058)
Perdas reconhecidas	-	50	-	50
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito esperadas	(7.708)	7.387	(7.729)	1.078
Saldo final	(115.102)	(107.394)	(124.659)	(116.930)

Destaca-se ainda, a concentração dos recebíveis em poucos clientes: os 20 maiores clientes da Companhia representam cerca de 45% do montante a receber em 31 de dezembro de 2025 (cerca de 57% em 31 de dezembro de 2024).

O período médio de recebimento é de 102 dias (100 dias em 31 de dezembro de 2024). Em vendas a órgãos públicos o prazo pode chegar até 180 dias.

A Companhia possui carteira de recebíveis com características específicas de acordo com cada segmento, principalmente os decorrentes de vendas às instituições públicas cujos recebimentos dependem de processos internos de aprovação dos pagamentos pelos referidos órgãos. Historicamente, atrasos no processo de recebimento são uma característica comum nesse segmento de vendas, previsto pela Administração dentro de sua estratégia de negócios, e não trouxe perdas relevantes para a Companhia. Portanto, os saldos vencidos de órgãos públicos não representam neste momento risco relevante de perda no recebimento desses créditos, por esse motivo, a provisão foi constituída somente para casos em que há perspectiva de perda por parte da Companhia. O montante de títulos vencidos acima de 90 dias de órgãos públicos em 31 de dezembro de 2025 é de R\$17.164 (R\$21.413 em 31 de dezembro de 2024).

O ajuste a valor presente das contas a receber é calculado para demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa futuro. A Companhia considera o prazo de pagamento de cada transação a prazo, e calcula o desconto desta transação utilizando a taxa do CDI como referência, a qual em 31 de dezembro de 2025 foi 1,0997% (0,9371% em 31 de dezembro de 2024).

7. ESTOQUES

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Matérias-primas		574.771	520.863	801.401	674.041
Produtos acabados		227.069	288.964	305.494	343.114
Importações em andamento	(a)	82.112	142.322	108.983	182.172
Adiantamentos a fornecedores		23.491	27.478	41.793	33.933
Provisão para perdas com estoques	(b)	(83.657)	(102.673)	(120.079)	(137.014)
		823.786	876.954	1.137.592	1.096.246

a) Importações em andamento são insumos adquiridos de fornecedores estrangeiros que, na data do encerramento dessas demonstrações financeiras, já haviam sido embarcados pelos fornecedores, entretanto, encontravam-se em trânsito e estavam sob a responsabilidade e controle da Companhia.

b) A provisão para perdas com estoques é realizada com base na avaliação das matérias-primas, estoques de revendas e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda ou em decorrência de eventual redução em seu valor recuperável por obsolescência. A base principal dessa avaliação é a perspectiva de realização dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

A Administração estima que os estoques sejam realizados em um período inferior a doze meses.

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
ICMS	(a)	78.829	79.972	87.610	87.650
IPI		10.913	37.205	10.947	37.256
PIS E COFINS		83.841	86.724	99.329	98.707
Crédito Financeiro Lei 13.969/2019	(b)	283.941	450.404	287.903	451.761
Contribuição social	(c)	55.290	41.187	62.755	45.059
Imposto de renda	(c)	130.479	90.124	137.089	96.271
Outros impostos a recuperar		13.285	12.268	22.978	25.815
		656.578	797.884	708.611	842.519
Parcela no circulante		159.658	260.642	193.497	301.400
Parcela no não circulante		496.920	537.242	515.114	541.119

a) ICMS

A Companhia utiliza os seguintes benefícios de Impostos Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS:

(i) Lei do Estado do Paraná nº 13.214/2001 e referendada pela Lei Estadual nº 15.542/2007, que estabelece redução para 7% na carga tributária dos produtos de informática para vendas dentro do Estado;

(ii) Decreto do Estado do Paraná nº 1.922/2011 (e alterações posteriores), que concede crédito presumido do ICMS equivalente ao saldo devedor apurado nas operações de saída, resultando em carga tributária de 0% para os produtos discriminados no art. 1º, nas condições que especifica;

(iii) Decreto do Estado do Amazonas nº 47.727/2023, que sucede o Decreto nº 23.994/2003, e concede benefícios fiscais como o diferimento do lançamento do ICMS incidente sobre a operação de importação de matérias-primas e insumos destinados à produção, crédito presumido de ICMS na compra de matéria-prima e insumos de origem nacional, crédito estímulo de ICMS equivalente ao saldo devedor apurado nas vendas de bens de informática e automação e terminais portáteis de telefonia celular produzidos pelo próprio estabelecimento dentro da ZFM – Zona Franca de Manaus;

(iv) Decreto do Estado da Bahia nº 4.316/1995 (e alterações posteriores), que concede crédito presumido do ICMS equivalente ao saldo devedor apurado nas operações de saída com produtos de informática, elétricos, de eletrônica, de eletroeletrônica e de telecomunicações, resultando em carga tributária de 0%, bem como créditos presumidos parciais aplicáveis na revenda desses mesmos tipos de produtos quando importados diretamente do exterior, nas condições que especifica;

(v) Lei do Estado do Espírito Santo nº 10.568/2016, que concede benefício fiscal de ICMS que resulta em carga tributária de 1,1% na revenda de produtos de fabricação nacional para adquirentes localizados fora do território capixaba;

Como resultado da fruição dos benefícios fiscais acima mencionados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia registrou, nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, os montantes de R\$297.042 (R\$367.424 em 31 de dezembro de 2024) e R\$274.442 (R\$355.994 em 31 de dezembro de 2024), respectivamente, relativos à subvenção para investimento, na conta de deduções sobre venda - Impostos sobre vendas, referente à venda de produtos industrializados (conforme nota explicativa nº 23).

Realização dos créditos fiscais - ICMS

Os créditos tributários têm sua realização baseada nas reestruturações societárias ocorridas em 2015, com a incorporação da controlada Positivo da Amazônia Ltda. e de mudanças ocorridas nas legislações Federal e Estadual. Essas mudanças trouxeram duas consequências nas operações: a primeira foi reduzir a geração de créditos tributários, e a segunda foi a geração de débitos fiscais que permitirão a utilização dos créditos tributários acumulados. Para a realização de ICMS, além das mudanças mencionadas acima, novos projetos auxiliarão na realização destes créditos, que gerarão débitos de ICMS no ano corrente e nos próximos períodos.

b) Crédito Financeiro Lei 13.969/2019

Com as alterações promovidas pela Lei nº 13.969/2019, as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) passaram a ser tributadas integralmente, ou seja, as reduções nas alíquotas do IPI para os produtos enquadrados na Lei 8.248/1991 (“Lei da Informática”) deixaram de ser aplicadas e foi instituído um sistema de créditos financeiros, convertidos em créditos federais, obtidos através de um multiplicador sobre o investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) realizados pelas indústrias de bens de informática e que terá vigência até 31 de dezembro de 2029.

Em decorrência do benefício fiscal acima mencionado, a Companhia reconheceu no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, no grupo de outras receitas (despesas) operacionais líquidas, o montante de R\$96.053 (R\$131.869 em 31 de dezembro de 2024) nas demonstrações financeiras individuais, e R\$89.653 (R\$130.618 em 31 de dezembro 2024) nas demonstrações financeiras consolidadas.

O crédito financeiro pode ser compensado com débitos próprios, vincendos ou vencidos, relativos a tributos e contribuições federais.

Realização dos créditos fiscais – (IPI, PIS e COFINS e Crédito Financeiro)

A análise de realização dos créditos tributários dos tributos federais, IPI e Crédito Financeiro, se baseou na execução do plano de negócios da Companhia para os próximos exercícios, considerando as vendas pelas principais plantas da Companhia e o mix de produtos que serão comercializados, que resultará na geração de débitos tributários e contribuições necessários para a compensação desses créditos em até cinco anos.

c) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apresenta saldos de IRPJ e CSLL a recuperar, originados substancialmente por retenções na fonte em operações de vendas e serviços para órgãos públicos e aplicações financeiras.

9. OUTROS ATIVOS

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Despesas antecipadas		10.622	22.665	11.603	24.231
Depósitos judiciais		6.081	5.105	6.195	5.193
Depósitos judiciais - DIFAL	(a)	46.362	-	47.129	-
Despesas financeiras	(b)	5.053	7.074	22.384	7.465
Títulos e valores mobiliários - FIDC	(c)	4.958	-	4.958	-
Fundos de Invest. em Participações	(d)	4.873	-	4.873	-
Outros		19.592	896	26.576	8.435
		97.541	35.740	123.718	45.324
Parcela circulante		35.267	35.740	55.255	42.683
Parcela não circulante		62.274	-	68.463	2.641

a) A Companhia discute judicialmente a cobrança do ICMS com diferencial de alíquota (DIFAL) decorrente de operações interestaduais envolvendo consumidores finais não contribuintes do imposto, após a publicação da Lei Complementar 190/2022 relativamente ao exercício de 2022. O referido tributo foi regularmente apurado e objeto de depósito judicial no bojo dos respectivos mandados de segurança. No julgamento da matéria pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 1.266/STF), com repercussão geral reconhecida, foi aprovada a modulação dos efeitos da decisão para afastar a exigência do DIFAL no exercício financeiro de 2022 para os contribuintes com ingresso de medida judicial até 29/11/2023 e que não tenham realizado o recolhimento do tributo. Diante da pacificação do tema no âmbito do STF, com decisão favorável aos contribuintes enquadrados que cumprem os requisitos da modulação, o passivo anteriormente reconhecido na rubrica de tributos a recolher, no montante de R\$34.781 na Companhia e R\$766 na Controlada Positivo Distribuição e Comércio Ltda., onde também estavam classificados os referidos depósitos judiciais, passou a representar uma condição de passivo contingente. Assim, os assessores internos e externos procederam a reavaliação do prognóstico de perda da referida demanda, classificando como risco remoto, cenário em que nenhuma provisão deve ser reconhecida, conforme estabelece o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Em decorrência dessa reclassificação, os depósitos judiciais anteriormente vinculados ao processo, foram transferidos para o ativo realizável a longo prazo sob esta rubrica de “Outros Créditos”, refletindo sua nova natureza contábil, e o passivo reconhecido como ICMS a recolher foi revertido, uma vez que se tornou contingência de perda remota, impactando a rubrica de “Receita Líquida” em “Impostos sobre Vendas” no resultado.

b) Despesas financeiras a apropriar referentes a contratação de cartas de crédito de importação, que serão apropriadas ao resultado de acordo com os respectivos prazos de vigências dos contratos.

- c) Montante referente a cota de participação no fundo de investimento em direitos creditórios “Positivo Tecnologia Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios - Recebíveis Comerciais De Responsabilidade Limitada”, constituído em 28 de janeiro de 2025.
- d) A Companhia possui investimentos em fundos de investimento em participações, conforme descrito a seguir. Os referidos fundos, anteriormente classificados como investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial, foram reclassificados para esta rubrica em decorrência da reavaliação, pela Administração, quanto à existência de influência significativa, maiores informações na nota 2.2(c):
- i. Govetech Brasil Fundo de Investimento em Participações Capital Semente: tem por objetivo o investimento em empresas que atuam no desenvolvimento e exploração de tecnologias inovadoras aplicáveis na relação entre governos e cidadãos ou empresas, com a finalidade de promover a modernização, otimização e transformação digital dos serviços prestados pelos governos.
- ii. WE Empreendedorismo Feminino Fundo de Investimento em Participações – Capital Semente: tem por objetivo a realização de investimentos em startups de tecnologia e inovação lideradas por mulheres.

10. PARTES RELACIONADAS

Natureza dos saldos ativos e passivos:

	Controladora			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
<u>Clientes e fornecedores</u>				
Centro de Estudos Sup. Positivo Ltda.	57	57	2	1
Positivo Educacional Ltda.	187	217	46	2
Editora Aprende Brasil Ltda.	273	292	192	191
Gráfica e Editora Posigraf S.A.	2	7	320	363
Rosch Administração de Bens Ltda.	-	-	609	608
Almaden Brasil Ltda.	-	-	40	-
Cervello Informática Ltda.	-	-	50	-
Crounal S.A.	-	-	318	358
Boreo Indústria de Componentes Ltda.	3.748	-	258.225	285.707 (a)
Positivo Distribuição e Comércio Ltda.	124.701	112.251 (a)	-	-
ACC Brasil Ind. e Com. de Computadores Ltda	644	198 (a)	-	-
Positivo S+ Soluções em TI S.A.	418	1.314	-	-
SC Indústria de Equip. Eletrônicos Ltda.	34.576	20.454 (a)	-	-
	164.606	134.790	259.802	287.230
<u>Demais contas a receber e a pagar</u>				
Positivo Smart Tecnologia Ltda.	99.164	23.262 (b)	-	-
Boreo Com. de Equipamentos Ltda	-	-	2.739	2.737 (b)
PBG Uruguay S.A.	11.232	12.508 (c)	-	-
	110.396	35.770	2.739	2.737
TOTAL	275.002	170.560	262.541	289.967
Parcela no circulante	189.170	170.560	262.541	289.967
Parcela no não circulante	85.832	-	-	-

Positivo Tecnologia S.A. e Empresas Controladas

	Consolidado			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Cientes e fornecedores				
Centro de Estudos Sup. Positivo Ltda.	57	57	2	1
Positivo Educacional Ltda.	187	217	46	2
Editora Aprende Brasil Ltda.	273	292	192	191
Gráfica e Editora Posigraf S.A.	6	11	349	403
Rosch Administração de Bens Ltda .	-	-	609	608
Almaden Brasil Ltda.	-	-	40	-
Cervello Informática Ltda.	-	-	50	-
Informática Fuegoína S.A.	10.193	6.715 (a)	-	-
	10.716	7.292	1.288	1.205
Demais contas a receber e a pagar				
PBG Uruguay S.A.	16.901	18.888 (c)	-	-
Não controladores ACC Brasil Ind E Com.	821	857 (d)	18.920	-
	17.722	19.745	18.920	-
TOTAL	28.438	27.037	20.208	1.205
Parcela no circulante	28.438	27.037	2.370	1.205
Parcela no não circulante	-	-	17.838	-

Transações comerciais:

	Controladora			
	Vendas e serviços		Compras e serviços	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Centro de Estudos Sup. Positivo Ltda.	-	-	23	33
Positivo Educacional Ltda.	1.186	958	670	508
Gráfica e Editora Posigraf S.A.	634	381	1.109	622
Rosch Administração de Bens Ltda .	-	-	7.304	7.304
Instituto Positivo	193	97	-	-
Boreo Indústria de Componentes Ltda.	4.994	2.642 (a)	759.302	1.084.697
Positivo Distribuição e Comércio Ltda.	349.829	222.603 (a)	212	929
ACC Brasil Ind. e Com. de Computadores Ltda	6.355	3.414 (a)	812	2.948
Positivo S+ Soluções em TI S.A.	1.893	2.755	495	-
SC Indústria de Equip. Eletrônicos Ltda.	13.685	12.886 (a)	84	-
Almaden Brasil Ltda.	-	-	565	659
Cervello Informática Ltda.	-	-	423	499
Encontre Um Nerd S.A. (Eunerd)	-	-	477	-
MAX.IA Education S.A.	-	-	-	54
Mundo Maker Educação Ltda	-	103	30	993
	378.769	245.839	771.506	1.099.246

	Consolidado			
	Vendas e serviços		Compras e serviços	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Centro de Estudos Sup. Positivo Ltda.	-	-	23	33
Positivo Educacional Ltda.	1.186	958	670	508
Gráfica e Editora Posigraf S.A.	638	385	1.221	692
Instituto Positivo	193	97	-	-
Rosch Administração de Bens Ltda .	-	-	7.304	7.304
Informática Fuegoína S.A.	2.842	- (a)	-	-
Almaden Brasil Ltda.	-	-	565	659
Cervello Informática Ltda.	-	-	423	499
Encontre Um Nerd S.A. (Eunerd)	-	-	477	-
MAX.IA Education S.A.	-	-	-	54
Mundo Maker Educação Ltda	-	103	30	993
	4.859	1.543	10.713	10.742

As transações entre partes relacionadas acontecem com preços e prazos pactuados entre as partes.

a) Compra e venda de insumos e produtos acabados: a Companhia e suas controladas realizam compras e vendas para suas controladas e controladas em conjunto para utilização no processo produtivo e revenda, no curso normal das operações.

b) A Companhia mantém operação de conta corrente com a Positivo Smart Tecnologia Ltda. e Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.. Essas operações decorrem de necessidades pontuais de caixa, sem prazo previsto para liquidação.

O incremento no montante a receber com a Positivo Smart Tecnologia Ltda. no exercício, refere-se à transferência de recursos para o pagamento referente a aquisição da Positivo S+ Soluções em TI S.A., e amortização de empréstimos contratados pela investida.

c) Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui saldo a receber com a PBG Uruguai S.A. no montante atualizado de R\$11.232, referente a contrato de mútuo firmado entre as partes. Adicionalmente, a controlada Crounal S.A., possui o montante de R\$5.669 a receber com a mesma investida, referentes a dividendos declarados e não pagos.

d) Saldo ativo de R\$821, decorrente de distribuições antecipadas de lucros realizadas aos acionistas não controladores da ACC Brasil Ind. e Com. de Computadores Ltda. Adicionalmente, a empresa possui saldo a pagar aos mesmos acionistas, no montante de R\$18.920, referente dividendos declarados e não pagos.

Remuneração dos Administradores

O montante reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, como remuneração dos administradores, foi de R\$11.276 (R\$11.456 em 31 de dezembro de 2024), referente aos benefícios de curto e longo prazo.

11. INVESTIMENTOS

Investimentos – Controladora

	Controladora							
	Equivalência patrimonial							
	Saldo em 31/12/2024	Aporte de capital / Aquisição	Reclassif.	Resultado das investidas	Mais valia (amortização)	Transações de capital		Ajuste de avaliação patrimonial
Controladas diretas (a)								
Positivo Smart Tecnologia Ltda.	99.365	-	-	(2.954)	-	(10.823)	369	85.957
Crounal S.A.	108.899	-	-	(69)	-	-	(12.148)	96.682
ACC Brasil Ind. e Com. de Comp. Ltda.	-	4.259	-	-	-	-	-	4.259
Positivo Argentina S.R.L.	5.835	-	-	2.148	-	-	(2.528)	5.455
Positivo Distribuição e Comércio Ltda.	193.211	-	-	10.805	-	-	-	204.016
Positivo Tecn. Fundo de Invest. em Partic. em Emp. Emergentes	144.808	-	-	6.203	-	-	-	151.011
Boreo Industria de Componentes Ltda.	362.457	-	-	17.124	-	-	-	379.581
SC Indústria de Equipamentos Eletrônicos Ltda	14.618	3.000	-	(8.716)	(702)	-	-	8.200
Educacional Ecosistema de Tecn. e Inovação Ltda.	-	300	-	-	-	-	-	300
	929.193	7.559	-	24.541	(702)	(10.823)	(14.307)	935.461
Coligadas (b)								
Hi Technologies Holding Ltd	5.787	-	-	(5.739)	-	-	-	48
Desenvolve Brasil I -Fundo de Invest. Partic. em Capital Semente (anteriormente denominado Desenvolve Amazônia)	17.860	-	-	(1.697)	-	-	-	16.163
Inova IV Fundo de Invest. Partic. em Empresas emergentes	14.430	4.500	-	1.510	-	-	-	20.440
Inova X Fundo de Invest. Partic. em Empresas emergentes	9.956	-	-	(121)	-	-	-	9.835
Govetech Brasil Fundo de Invest. em Partic. Capital Semente	19.575	-	-	3.726	-	-	-	23.301
WE Empreendedorismo Feminino Fundo de Partic. Invest.	3.647	-	(3.647)	-	-	-	-	-
Inova IX Fundo de Invest. Partic. Capital Semente	1.585	-	(1.585)	-	-	-	-	-
	72.840	4.500	(5.232)	(2.321)	-	-	-	69.787
Total de investimentos	1.002.033	12.059	(5.232)	22.220	(702)	(10.823)	(14.307)	1.005.248

Positivo Tecnologia S.A. e Empresas Controladas

	Controladora					
	Equivalência patrimonial					
	Saldo em 31/12/2023	Aumento de capital	Resultado das investidas	Mais valia (amortização)	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 31/12/2024
Controladas diretas (a)						
Positivo Smart Tecnologia Ltda.	88.139	-	8.958	-	2.268	99.365
Crounal S.A.	87.535	-	(2.703)	-	24.067	108.899
Portal Mundo Positivo Ltda.	685	-	(148)	-	-	-
Positivo Argentina S.R.L.	342	-	5.382	-	111	5.835
Positivo Distribuição e Comércio Ltda.	112.981	65.000	15.230	-	-	193.211
Positivo Tecn. Fundo de Invest. em Partic. em Emp. Emergentes	129.882	15.000	(74)	-	-	144.808
Boreo Industria de Componentes Ltda.	222.626	-	139.831	-	-	362.457
SC Indústria de Equipamentos Eletrônicos Ltda	24.395	4.687	(13.762)	(702)	-	14.618
	666.585	84.687	152.714	(702)	26.446	929.193
Coligadas (b)						
Hi Technologies Holding Ltd	7.852	-	(2.065)	-	-	5.787
Desenvolve Brasil I -Fundo de Invest. Partic. em Capital Semente (anteriormente denominado Desenvolve Amazônia)	18.480	-	(620)	-	-	17.860
Inova IV Fundo de Invest. Partic. em Empresas emergentes	11.258	2.402	770	-	-	14.430
Inova XII Fundo de Invest. Partic. em Empresas emergentes	10.018	-	(62)	-	-	9.956
Govetech Brasil Fundo de Invest. em Partic. Capital Semente	19.455	-	120	-	-	19.575
WE Empreendedorismo Feminino Fundo de Partic. Invest.	3.622	-	25	-	-	3.647
Inova IX Fundo de Invest. Partic. Capital Semente	1.533	-	52	-	-	1.585
	72.218	2.402	(1.780)	-	-	72.840
Total de investimentos	738.803	87.089	150.934	(702)	26.446	1.002.033

Investimentos – Consolidado

		Consolidado						
		Saldo em 31/12/2024	Aporte de capital	Reclassif.	Resultado de equivalência patrimonial	Valor justo	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 31/12/2025
Coligadas (b)								
Hi Technologies Holding Ltd	(i)	59.534	11.478	-	(5.739)	426	-	65.699
Desenvolve Amazônia -Fundo de Invest. Partic. em Empresas emergentes	(ii)	21.904	-	-	(2.036)	-	-	19.868
Inova IV Fundo de Invest. Partic. em Empresas emergentes	(iii)	20.523	4.500	-	2.427	-	-	27.450
Inova XII Fundo de Invest. Partic. em Empresas emergentes	(iii)	9.956	-	-	(121)	-	-	9.835
Govetech Brasil Fundo de Invest. em Partic. Capital Semente	(iv)	19.575	-	-	3.726	-	-	23.301
WE Empreendedorismo Feminino Fundo de Partic. Invest.	(v)	3.647	-	(3.647)	-	-	-	-
Inova IX Fundo de Invest. Partic. Capital Semente	(vi)	1.585	-	(1.585)	-	-	-	-
		136.724	15.978	(5.232)	(1.743)	426	-	146.153
Empreendimento controlado em conjunto (c)								
PBG Uruguay S.A.	(i)	30.826	-	-	(1.358)	-	(3.415)	26.053
		30.826	-	-	(1.358)	-	(3.415)	26.053
Outros investimentos (d)								
Tech Inovações Tecnológ. para a Agrop. S.A.	(i)	6.445	-	-	-	717	-	7.162
Agrosmart S.A.	(ii)	15.753	-	-	-	(612)	-	15.141
Pharmalog S.A.	(iii)	6.270	-	-	-	592	-	6.862
Encontre Um Nerd S.A. (Eunerd)	(iv)	2.310	-	-	-	(2.310)	-	-
Mundo Maker Educação Ltda	(v)	4.937	-	-	-	(337)	-	4.600
Communny Serviços em Tecnologia da Informação Ltda	(vi)	2.266	-	-	-	325	-	2.591
Earth Renewable Technologies BR Ltda.	(vii)	38.388	-	-	-	(2.533)	-	35.855
MAX.IA Education S.A.	(viii)	6.191	-	-	-	1.593	-	7.784
Cervello Informática Ltda.	(ix)	3.100	5.814	-	-	116	-	9.030
Almaden Brasil Ltda.	(x)	3.560	10.500	-	-	1.183	-	15.243
		89.220	16.314	-	-	(1.266)	-	104.268
		256.770	32.292	(5.232)	(3.101)	(840)	(3.415)	276.474

Positivo Tecnologia S.A. e Empresas Controladas

Consolidado						
	Saldo em 31/12/2023	Aporte de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Valor justo	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 31/12/2024
Coligadas (b)						
Hi Technologies Holding Ltd	(i) 54.548	7.322	(2.065)	(271)	-	59.534
Desenvolve Brasil I -Fundo de Invest. Partic. em Capital Semente (anteriormente denominado Desenvolve Amazônia)	(ii) 22.664	-	(760)	-	-	21.904
Inova IV Fundo de Invest. Partic. em Empresas emergentes	(iii) 16.051	3.374	1.098	-	-	20.523
Inova XII Fundo de Invest. Partic. em Empresas emergentes	(iii) 10.018	-	(62)	-	-	9.956
Govetech Brasil Fundo de Invest. em Partic. Capital Semente	(iv) 19.455	-	120	-	-	19.575
WE Empreendedorismo Feminino Fundo de Partic. Invest.	(v) 3.622	-	25	-	-	3.647
Inova IX Fundo de Invest. Partic. Capital Semente	(vi) 1.533	-	52	-	-	1.585
	127.891	10.696	(1.592)	(271)	-	136.724
Empreendimento controlado em conjunto (c)						
PBG Uruguay S.A.	(i) 29.553	-	(6.073)	-	7.346	30.826
	29.553	-	(6.073)	-	7.346	30.826
Outros investimentos (d)						
Tech Inovações Tecnológ. para a Agrop. S.A.	(i) 4.601	-	-	1.844	-	6.445
Agrosmart S.A.	(ii) 13.450	900	-	1.403	-	15.753
Pharmalog S.A.	(iii) 7.755	-	-	(1.485)	-	6.270
Encontre Um Nerd S.A. (Eunerd)	(iv) 2.155	-	-	155	-	2.310
Mundo Maker Educação Ltda	(v) 3.799	-	-	1.138	-	4.937
Communty Serviços em Tecnologia da Informação Ltda	(vi) 2.001	-	-	265	-	2.266
Earth Renewable Technologies BR Ltda.	(vii) 30.690	-	-	7.698	-	38.388
MAX.IA Education S.A.	(viii) 5.074	-	-	1.117	-	6.191
Logbank Instituição De Pagamentos	-	5.000	-	(5.000)	-	-
Cervello Informática Ltda.	(ix) -	3.100	-	-	-	3.100
Almaden Brasil Ltda.	(x) -	3.500	-	60	-	3.560
	69.525	12.500	-	7.195	-	89.220
	226.969	23.196	(7.665)	6.924	7.346	256.770

(a) Controladas diretas e indiretas

A participação em controladas (diretas e indiretas) esta demonstrada na nota explicativa nº 2.2 (a).

A participação da Companhia nos ativos, passivos, patrimônios líquidos e resultados nas controladas diretas e indiretas, todas de capital fechado, são conforme segue:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
31 de dezembro de 2025					
Positivo Smart Tecnologia Ltda.	(i) 412.564	326.607	85.957	-	(2.954)
Crounal S.A.	(ii) 109.116	12.434	96.682	17.974	(69)
Positivo Argentina S.R.L.	(iii) 21.436	15.981	5.455	8.659	2.148
Positivo Distribuição e Comércio Ltda.	(iv) 385.959	181.943	204.016	350.623	10.805
Positivo Tecn. Fundo de Invest. em Partic. em Emp. Emergentes	(v) 151.875	864	151.011	-	6.203
Boreo Indústria de Componentes Ltda.	(vi) 639.392	259.811	379.581	735.309	17.124
SC Indústria de Equipamentos Eletrônicos Ltda	(vii) 51.736	61.310	(9.574)	47.887	(8.716)
ACC Brasil Ind. e Com. de Comp. Ltda. (Controlada indireta)	(viii) 132.518	49.820	82.698	140.659	17.799
Positivo S+ Soluções em TI S.A. (Controlada indireta)	(ix) 235.596	113.403	122.193	519.141	24.067
Educacional Ecossistema de Tecn. e Inovação Ltda.	(x) 300	-	300	-	-
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda. (Controlada indireta)	2.770	12.020	(9.250)	-	(6)
31 de dezembro de 2024					
Positivo Smart Tecnologia Ltda.	(i) 371.855	272.490	99.365	-	8.958
Crounal S.A.	(ii) 120.918	12.019	108.899	33.960	(2.703)
Portal Mundo Positivo Ltda.	-	-	-	-	(148)
Positivo Argentina S.R.L.	(iii) 26.278	20.443	5.835	34.696	5.382
Positivo Distribuição e Comércio Ltda.	(iv) 358.780	165.569	193.211	216.115	15.230
Positivo Tecn. Fundo de Invest. em Partic. em Emp. Emergentes	(v) 152.513	7.705	144.808	-	(74)
Boreo Indústria de Componentes Ltda.	(vi) 581.673	219.216	362.457	987.451	139.831
SC Indústria de Equipamentos Eletrônicos Ltda	(vii) 29.408	33.265	(3.857)	32.754	(13.762)
ACC Brasil Ind. e Com. de Comp. Ltda. (Controlada indireta)	(viii) 105.509	36.976	68.533	330.214	18.640
Positivo S+ Soluções em TI S.A. (Controlada indireta)	(ix) 332.230	105.636	226.594	257.657	12.723
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda. (Controlada indireta)	2.776	12.020	(9.244)	-	(1.669)

(i) Com sede na cidade de Curitiba – PR, Positivo Smart Tecnologia Ltda. foi constituída em 12 de maio de 2008 e tem como atividade preponderante a participação societária em empresas ou empreendimentos de qualquer natureza.

(ii) Com sede na cidade Montevideo – Uruguai, a Crounal S.A. tem por objetivo social a revenda de componentes eletrônicos, equipamentos de informática, telefonia e comunicação. A moeda funcional dessa controlada é o dólar dos Estados Unidos da América.

(iii) Com sede na cidade de Buenos Aires, a Positivo Argentina S.R.L. tem como atividade principal a fabricação e comercialização de equipamentos médicos, laboratoriais, informática e comunicação. A moeda funcional da controlada é o peso argentino.

(iv) A Positivo Distribuição e Comércio Ltda. tem como atividades principais a distribuição de bens e equipamentos de informática, eletroeletrônicos, equipamentos de telefonia e comunicação. Em 2024, a Companhia realizou integralização de capital social nessa investida, no montante de R\$65.000, utilizando valores de contas a receber que detinha com a controlada.

(v) A Positivo Tecnologia Fundo de Investimento em Participações em Empresas Emergentes tem como objetivo principal a aquisição de participação em outras empresas emergentes de tecnologia. Em dezembro de 2024 a Companhia realizou aporte de capital no montante de R\$15.000.

(vi) Boreo Indústria de Componentes Ltda., tem sede na cidade Manaus – AM, tem como atividade preponderante a fabricação de componentes eletrônicos.

(vii) SC Indústria de Equipamentos Eletrônicos Ltda., distribuidora de equipamentos e soluções para o segmento de segurança eletrônica no país. Em 2025 a Companhia realizou aportes adicionais que totalizaram o montante de R\$3.000.

(viii) Em 31 de dezembro de 2018, a controlada Positivo Smart Tecnologia Ltda. adquiriu 80% do capital social da ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda. que tem como atividades principais a produção e comercialização de *storages*, servidores e computadores.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia adquiriu a participação dos acionistas não controladores na investida, pelo montante de R\$18.000. Maiores detalhes estão descritos na nota 2.2(a.2).

(ix) Positivo S+ Soluções em TI S.A. (anteriormente denominada Algar TI Consultoria S.A.), adquirida pela controlada Positivo Smart Tecnologia Ltda. em 31 de maio de 2024, tem como atividade principal a prestação de serviços gerenciais de tecnologia da informação, incluindo gestão de infraestrutura de T.I., gerenciamento de nuvem e segurança da informação. Maiores detalhes na nota explicativa nº 2.2(a).

(x) Em 1º de outubro de 2025, a Companhia constituiu a controlada Educacional Ecosistema de Tecnologia e Inovação Ltda., com capital social de R\$ 300, cujo objeto social contempla a criação e o desenvolvimento de ecossistemas de tecnologia e inovação voltados à educação, incluindo materiais pedagógicos e didáticos. Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, a investida encontrava-se em fase pré-operacional, não tendo iniciado suas atividades operacionais.

(b) Coligadas

A participação em coligadas está demonstrada na nota explicativa nº 2.2 (c).

(i) Holding que controla a Hi Technologies S.A., empresa de tecnologia voltada para área médica, oferecendo serviço especializado de exames laboratoriais através de dispositivos que permitem a realização dos testes de maneira remota.

Nas demonstrações financeiras individuais o investimento é contabilizado pelo método da equivalência patrimonial considerando o percentual de participação da Companhia no capital social. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o investimento realizado nessa investida pela controlada Positivo Tecnologia Fundo de Participação em Empresas Emergentes (F.I.P) é avaliado pelo valor justo por meio do resultado (VJR).

Em 06 de novembro de 2024 e 17 de dezembro de 2024, Positivo Tecnologia Fundo de Investimento em Participações em Empresas Emergentes, realizou aportes nessa investida nos montantes de R\$1.800 e R\$5.522 respectivamente, totalizando R\$7.322.

(ii) Desenvolve Amazônia - Fundo de Investimento e Participações em Empresas Emergentes, tem como atividade preponderante o investimento em empresas do setor de tecnologia.

(iii) A Companhia tem participações nos Fundos de Investimentos e Participações em Empresas Emergentes Inova IV e Inova X, ambos têm como atividade preponderante o investimento em empresas do setor de tecnologia.

Em 2024 a Companhia e sua controlada Boreo Indústria de componentes Ltda. realizaram aportes adicionais no Fundo de Investimentos e Participações em Empresas Emergentes Inova IV, nos montantes de R\$2.402 e R\$972 respectivamente. Adicionalmente, em 28 de julho de 2025 a Companhia realizou aporte adicional de R\$4.500 no fundo Inova IV.

(iv) Govetech Brasil Fundo de Invest. em Partic. Capital Semente, tem por objetivo o investimento em empresas que atuam no desenvolvimento e exploração de tecnologias inovadoras aplicáveis na relação entre governo e cidadãos ou empresas com a finalidade de promover a modernização, otimização e transformação digital nos serviços prestados pelos governos.

(v) WE Empreendedorismo Feminino, tem por objetivo investimentos em startups de tecnologia e inovação lideradas por mulheres.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração reavaliou o investimento, concluindo pela ausência de influência significativa, com consequente reclassificação para outros ativos. Maiores detalhes na nota 2.2(c).

(vi) Inova IX Fundo de Investimento em Participações – Capital Semente, tem como foco investimentos em Startups que desenvolvem atividades nos setores de tecnologia voltadas para a quarta revolução industrial (inteligência artificial, internet das coisas, Fintechs, indústria 4.0, entre outras).

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração reavaliou o investimento, concluindo pela ausência de influência significativa, com consequente reclassificação para outros ativos. Maiores detalhes na nota 2.2(c).

(c) Investimentos em Empreendimentos Controlados em Conjunto ("Joint Venture")

A participação em Controladas em conjunto ("Joint Venture") está demonstrada na nota 2.2 (b).

A participação da Companhia no ativo, passivo, patrimônio líquido e resultado nos empreendimentos controlados em conjunto são conforme segue:

		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
31 de dezembro de 2025						
PBG Uruguay S.A.	(i)	46.537	20.484	26.053	934	(1.358)
Informática Fueguina S.A.	(ii)	70.753	90.828	(20.075)	-	(293)
PBG Rwanda Limited	(iii)	267	2.814	(2.547)	-	(29)
31 de dezembro de 2024						
PBG Uruguay S.A.	(i)	61.016	30.190	30.826	22.074	(6.073)
Informática Fueguina S.A.	(ii)	74.297	95.377	(21.080)	71.774	(3.833)
PBG Rwanda Limited	(iii)	266	2.779	(2.513)	7	(58)

(i) PBG Uruguay S.A., com sede no Uruguai, foi constituída em parceria com o Grupo BGH, tem como moeda funcional o dólar dos Estados Unidos da América. A empresa promove importação e exportação de componentes eletrônicos, equipamentos de informática, celulares e smartphones.

(ii) *Joint Venture* constituída em parceria com a BGH S.A. ("BGH"), que tem por objeto a fabricação e a comercialização de produtos de informática na Argentina.

(iii) PBG Rwanda Limited, com sede em Ruanda, foi constituída em parceria com o Grupo BGH. Tem como atividade preponderante a produção e venda de dispositivos educacionais, equipamentos de informática sob a marca Positivo BGH. A moeda funcional da controlada em conjunto é o franco ruandês.

(d) Outros Investimentos

Investimentos da Positivo Tecnologia Fundo de Participação em Empresas Emergentes (F.I.P).

A participação em outros investimentos está descrita na nota explicativa nº 2.2 (d).

(i) Tech Inovações Tecnológicas para a Agropecuária. S.A. (@Tech), empresa que atua na prestação de serviços tecnológicos por meio de uma plataforma de suporte à agropecuária de corte.

(ii) Agrosmart S.A., empresa que atua na prestação de serviços tecnológicos por meio de uma plataforma de agricultura digital. De outubro a dezembro 2024 o F.I.P. realizou três tranches de aportes nessa investida que totalizaram R\$900.

(iii) A Pharmalog S.A. desenvolve e fornece soluções em monitoramento de transporte para medicamentos termolábeis (sensíveis a ação da temperatura).

(iv) Encontre Um Nerd S.A. (Eunerd), que tem como objeto social a prestação de serviços em tecnologia da informação para empresas com o uso de ferramentas de BPO (*Business Process Outsourcing*) e RPA (*Robot Process Automation*). Em 18 de agosto de 2025, o FIP Positivo realizou a venda da sua participação na Eunerd, pelo montante de R\$460, conforme descrito na nota 2.2(d)(i).

(v) Mundo Maker Educação Ltda., empresa que atua no desenvolvimento e comercialização de produtos, sistemas e soluções para a área educacional.

(vi) Communny Serviços em Tecnologia da Informação Ltda, tem como atividades preponderantes a Consultoria e suporte em tecnologia da informação e desenvolvimento de softwares.

(vii) Earth Renewable Technologies BR Ltda, *green tech* que estuda, pesquisa, e desenvolve soluções tecnológicas, renováveis, biodegradáveis e compostáveis para a indústria de plástico.

(viii) MAX.IA Education S.A., desenvolve soluções de tecnologia educacional utilizando a inteligência artificial, possibilitando uma aprendizagem mais inteligente e adaptativa para cada perfil de estudante.

(ix) Em 2025 o F.I.P. realizou aportes no montante de R\$5.814, referente a segunda e terceiras tranches de investimento na Cervello Informática Ltda. (Em 2024, com aportes que totalizaram R\$3.100 referente a primeira tranche). A empresa atua no segmento de tecnologia de informação, focada no desenvolvimento de softwares de processos de negócios, que oferecem soluções modulares para gestão e otimização de processos, atendimento e serviços.

(x) Em 2025 o F.I.P. realizou aportes referentes no montante de R\$10.500, correspondente a segunda, terceira e quarta tranches de investimento, na Almaden Brasil Ltda. (em 2024 aportes de R\$3.500 referente a primeira tranche). A empresa atua na área de desenvolvimento de softwares de gestão de ativos e experiência de usuários para médias e grandes empresas com complexidade em devicess de tecnologia da informação em modelo SaaS.

Os investimentos realizados pelo F.I.P. representam uma expansão estratégica do portfólio, reforçando o compromisso do Fundo em apoiar empresas inovadoras e com fortes sinergias. A expectativa é que os recursos aportados impulsionem o crescimento dessas *startups* e contribua de forma ativa para a valorização destes ativos.

12. IMOBILIZADO

Controladora							
	31/12/2023	Adições	Transferências	31/12/2024	Adições	Baixas/Transf.	31/12/2025
Custo							
Máquinas e equipamentos	42.922	2.149	-	45.071	4.652	(160)	49.563
Benfeitorias s/ imóvel locado	18.499	394	-	18.893	744	-	19.637
Hardware	23.716	6.041	-	29.757	5.292	(168)	34.881
Móveis e utensílios	5.639	300	-	5.939	971	(127)	6.783
Instalações industriais	48.983	3.460	507	52.443	801	(478)	52.766
Edificações	4.712	584	-	5.296	-	-	5.296
Direito de uso	64.293	1.607	-	65.900	-	-	65.900
Outros imobilizados	913	279	(507)	1.192	2.042	-	3.234
	209.677	14.814	-	224.491	14.502	(933)	238.060
Depreciação							
Máquinas e equipamentos	(34.713)	(1.357)	-	(36.070)	(1.557)	4	(37.623)
Benfeitorias s/ imóvel locado	(15.887)	(523)	-	(16.410)	(548)	-	(16.958)
Hardware	(11.679)	(4.219)	-	(15.898)	(5.423)	55	(21.266)
Móveis e utensílios	(3.335)	(392)	-	(3.727)	(403)	3	(4.127)
Instalações industriais	(21.309)	(4.304)	-	(25.613)	(4.452)	45	(30.020)
Edificações	(358)	(204)	-	(562)	(212)	-	(774)
Direito de uso	(35.993)	(9.192)	-	(45.185)	(7.225)	-	(52.410)
Outros imobilizados	(18)	(2)	-	(20)	(2)	-	(22)
	(123.292)	(20.193)	-	(143.485)	(19.822)	107	(163.200)
Valor líquido	86.385	(5.379)	-	81.006	(5.320)	(826)	74.860

Consolidado								
	31/12/2023	Aquisição Controlada	Adições	Transferências	31/12/2024	Adições	Baixas/Transf.	31/12/2025
Custo								
Máquinas e equipamentos	94.768	32	3.528	-	98.328	6.216	(183)	104.361
Benfeitorias s/ imóvel locado	19.748	430	646	-	20.824	911	-	21.735
Hardware	28.536	5.181	11.630	-	45.347	10.276	(1.863)	53.760
Móveis e utensílios	6.931	641	487	-	8.059	1.139	(140)	9.058
Instalações industriais	64.349	-	3.732	507	68.588	1.621	(633)	69.576
Edificações	4.712	170	584	-	5.466	-	-	5.466
Direito de uso	71.561	2.995	9.931	-	84.487	3.025	(1.579)	85.933
Outros imobilizados	940	1.028	279	(507)	1.740	2.557	-	4.297
	291.545	10.477	30.817	-	332.839	25.745	(4.398)	354.186
Depreciação								
Máquinas e equipamentos	(41.609)	-	(6.676)	-	(48.285)	(5.036)	24	(53.297)
Benfeitorias s/ imóvel locado	(16.645)	-	(703)	-	(17.348)	(855)	-	(18.203)
Hardware	(13.300)	-	(6.334)	-	(19.634)	(9.945)	1.747	(27.832)
Móveis e utensílios	(3.748)	-	(539)	-	(4.287)	(568)	7	(4.848)
Instalações industriais	(27.332)	-	(5.848)	-	(33.180)	(5.974)	167	(38.987)
Edificações	(358)	-	(204)	-	(562)	(212)	-	(774)
Direito de uso	(41.717)	-	(12.325)	-	(54.042)	(12.910)	1.252	(65.700)
Outros imobilizados	(18)	-	(2)	-	(20)	(2)	-	(22)
	(144.727)	-	(32.631)	-	(177.358)	(35.502)	3.197	(209.663)
Valor líquido	146.818	10.477	(1.814)	-	155.481	(9.757)	(1.201)	144.523

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024 a Companhia não possui bens do ativo imobilizado dados em garantia.

a) Passivo de arrendamento

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada no quadro abaixo:

	Passivo de arrendamento	
	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2024	24.961	35.186
(+) Adições	-	2.502
(+) Juros incorridos	3.011	4.179
(-) Pagamento de principal	(9.289)	(14.613)
(-) Pagamento de juros	(3.011)	(4.179)
Saldo em 31/12/2025	15.672	23.075
Parcela no circulante	7.547	11.421
Parcela no não circulante	8.125	11.654

	Passivo de arrendamento	
	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2023	31.631	33.362
(+) Incorporado aquis. controlada	-	3.315
(+) Adições	1.607	9.931
(+) Juros incorridos	4.296	4.886
(-) Pagamento de principal	(8.422)	(11.352)
(-) Pagamento de juros	(4.151)	(4.956)
Saldo em 31/12/2024	24.961	35.186
Parcela no circulante	9.289	12.455
Parcela no não circulante	15.672	22.731

Conforme orientações da CVM, em seu OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 1/2020, a Companhia que optar por reportar os impactos da norma IFRS 16 / CPC06(R2) em suas demonstrações financeiras de forma diferente daquela recomendada pelas áreas técnicas da CVM (fluxo nominal x taxa de desconto nominal), deverá apresentar os inputs mínimos para que os usuários das demonstrações financeiras possam chegar a estas informações. A Companhia desta maneira optou por divulgar estes inputs mínimos para que os usuários possam chegar à informação. Os inputs são:

- Taxa de desconto nominal aplicada – 14,71% a.a.
- Componente de inflação a ser utilizado na projeção dos fluxos (IPCA) – 5,35% a.a.

O cronograma de amortização dos saldos do passivo de arrendamento é apresentado no quadro abaixo:

Ano	31 de dezembro de 2025	
	Controladora	Consolidado
2026	7.547	11.422
2027	7.032	10.405
2028	322	477
2029	363	363
> 2029	408	408
	15.672	23.075

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

Saldo em 31/12/2025			
	Contraprestação	Nominal	Valor Presente
Controladora	18.306	1.693	1.450
Consolidado	25.759	2.383	2.134

13. INTANGÍVEL

	Controladora				
	31/12/2023	Adições	31/12/2024	Adições	31/12/2025
Custo					
Projetos desenvolvidos internamente (a)	185.536	44.566	230.102	86.632	316.734
Software	38.052	2.205	40.257	4.882	45.139
Licenças de uso	7	-	7	-	7
Outros intangíveis	580	9.706	10.286	4.673	14.959
	224.175	56.477	280.652	96.187	376.839
Amortização					
Projetos desenvolvidos internamente	(153.895)	(7.683)	(161.578)	(17.926)	(179.504)
Software	(24.275)	(8.351)	(32.626)	(5.735)	(38.361)
Licenças de uso	(7)	-	(7)	-	(7)
Outros intangíveis	(13)	(833)	(846)	(3.073)	(3.919)
	(178.190)	(16.867)	(195.057)	(26.734)	(221.791)
Valor líquido	45.985	39.610	85.595	69.453	155.048

	Consolidado					
	31/12/2023	Aquisição de Controlada	Adições	31/12/2024	Adições	31/12/2025
Custo						
Projetos desenvolvidos internamente (a)	211.862	-	55.875	267.737	107.915	375.652
Software	38.905	10.330	4.388	53.623	10.376	63.999
Licenças de uso	15	-	-	15	-	15
Outros intangíveis	593	279	9.935	10.807	5.263	16.070
Mais valia Investimentos (b)	25.915	-	55.300	81.215	7.185	88.400
Ágio em controlada (b)	58.814	-	80.493	139.307	31.379	170.686
	336.104	10.609	205.991	552.704	162.118	714.822
Amortização						
Projetos desenvolvidos internamente	(163.756)	-	(12.625)	(176.381)	(23.997)	(200.378)
Software	(24.804)	-	(10.321)	(35.125)	(9.108)	(44.233)
Licenças de uso	(8)	-	-	(8)	-	(8)
Outros intangíveis	(13)	-	(854)	(867)	(3.253)	(4.120)
Mais valia Investimentos	(16.996)	-	(2.140)	(19.136)	(10.752)	(29.888)
	(205.577)	-	(25.940)	(231.517)	(47.110)	(278.627)
Valor líquido	130.527	10.609	180.051	321.187	115.008	436.195

a) Projetos desenvolvidos internamente

Os dispêndios são aplicados no aperfeiçoamento dos produtos existentes e no desenvolvimento de novos produtos e compreendem essencialmente: mão-de-obra direta e indireta, encargos, softwares, serviços de consultoria, materiais, infraestrutura, viagens e outros correlatos, sendo que tais dispêndios estão segregados entre adições no ativo intangível e despesa no resultado. Parte dos dispêndios decorre do cumprimento da Lei 13.969/2019, mencionada na nota explicativa nº 8.

A amortização dos investimentos foi fixada, substancialmente, em até dez anos com base no histórico de recuperabilidade dos projetos, e é contabilizada na conta de custo dos produtos vendidos e despesas operacionais.

b) Ágio em controladas

Ágio - Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.

Em dezembro de 2009, a controlada Positivo Smart Tecnologia Ltda. (anteriormente denominada Positivo Informática da Bahia Ltda.) formalizou a aquisição da empresa Boreo Comércio de Equipamentos Ltda., gerando um ágio de R\$14.173, registrado na adquirente e fundamentado na expectativa de geração de rentabilidade futura.

O valor recuperável do ágio é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovados pela Administração e a taxa de desconto de 15,03% ao ano.

Ágio e Mais Valia - ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda.

Em dezembro 2018 a controlada Positivo Smart Ltda. adquiriu 80% da empresa ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda. Na operação foi gerado um ágio fundamentado nos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição e mais valia referente a ativos intangíveis da investida nos valores de R\$28.936 e R\$19.403, respectivamente. A taxa de desconto utilizada para mensuração dos fluxos de caixa resultantes da aquisição foi de 15,03% ao ano para fins de avaliação do valor recuperável.

Ágio e Mais Valia – SC Indústria de Equipamentos Eletrônicos Ltda.

Em julho de 2023, a Companhia adquiriu a empresa SC Indústria de Equipamentos Eletrônicos Ltda.. Na operação foi gerado um ágio no montante de R\$15.705 em decorrência dos benefícios econômicos esperados, oriundos das sinergias resultantes da aquisição, e mais valia de ativos da investida no montante de R\$6.512. A taxa de desconto utilizada para mensuração dos fluxos de caixa resultantes da aquisição foi de 15,03% ao ano para fins de avaliação do valor recuperável.

Positivo S+ Soluções em TI S.A. (anteriormente denominada Algar TI Consultoria S.A.)

Em maio de 2024, a Companhia adquiriu a empresa Positivo S+ Soluções em TI S.A. A Companhia reconheceu ágio no montante de R\$111.872, decorrente dos benefícios econômicos esperados, oriundos das sinergias resultantes da aquisição, e mais valia de ativos da investida no montante de R\$62.485. Maiores detalhes na nota explicativa nº 2.2(a). A taxa de desconto utilizada para mensuração dos fluxos de caixa resultantes da aquisição foi de 15,03% ao ano para fins de avaliação do valor recuperável.

14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Fornecedores - mercado externo	287.448	273.125	452.085	459.339
Fornecedores - mercado interno	95.490	78.007	239.041	167.077
Direitos autorais e licenças de uso a pagar	15.119	35.427	15.156	35.582
Ajuste a valor presente (AVP)	(11.009)	(2.344)	(14.004)	(3.751)
	387.048	384.215	692.278	658.247

a) Os direitos autorais e licenças de uso a pagar, representam obrigação pela aquisição de direitos sobre licenças de softwares da Microsoft Corporation. Tais direitos estão formalizados através de *license agreement* celebrados entre as partes e são renovados periodicamente.

O prazo médio de pagamento para fornecedores em 31 de dezembro de 2025 é de 101 dias (90 dias em 31 de dezembro de 2024). O ajuste ao valor presente das contas a pagar aos fornecedores é calculado para demonstrar a obrigação presente dos fluxos de caixa futuros. A Companhia considera o prazo de pagamento de cada transação a prazo, e calcula o desconto desta transação utilizando a taxa do CDI (Certificados de Depósito Interbancário) como referência.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

						Controladora		Consolidado	
						31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
		Taxa média contratual (a.a.)	Swap % CDI	Vencimento	Garantias				
Moeda nacional									
Capital de Giro		CDI+2,23%	-	Até Dez/2025	-	-	47.652	-	47.652
Capital de Giro		CDI+3,50%	-	Até Nov/2025	-	-	-	341	5.947
Nota Comercial	(a)	CDI+2,15%	-	Até Mai/2028	-	33.231	50.058	225.305	241.117
FINEP	(b)	TR + 3,00%	-	Até Dez/2028	Carta fiança	14.166	24.014	14.166	24.012
FINEP	(b)	TJLP + 1,00%	-	Até Dez/2028	Carta fiança	41.614	54.106	41.614	54.106
BNDES	(c)	CDI+1,75%	-	Até Set/2031	Carta fiança	86.351	85.580	86.351	85.580
BNDES	(c)	TR + 2,29%	-	Até Fev/2033	Carta fiança	289.979	185.660	289.979	185.660
Moeda estrangeira									
Capital de Giro - US\$	(d)	6,18% + VC	112,07%	Até Ago/2029		615.821	638.750	615.821	638.750
						1.081.162	1.085.820	1.273.577	1.282.824
Parcela no circulante						375.630	334.076	454.045	341.080
Parcela no não circulante						705.532	751.744	819.532	941.744

Os instrumentos financeiros contratados para cobertura da variação cambial dos empréstimos em moeda estrangeira estão apresentados na nota explicativa nº 30.b.

Covenants

Alguns empréstimos e financiamentos da Companhia e empresas controladas, possuem cláusulas restritivas ("covenants") atrelados ao cumprimento de indicadores financeiros, cujas condições estão descritas a seguir:

i) Relação Dívida Líquida/EBITDA

Relação Dívida Líquida/EBITDA deve ser igual ou menor a 3,0 (três) vezes, considerando-se:

- Dívida Líquida: Considera-se os empréstimos de curto e longo prazos, abatida pelo caixa e equivalentes de caixa e reduzida e/ou acrescida pelo ganho e/ou perda das operações com derivativos de *swap* (proteção de contratos de empréstimos), conforme dados consolidados da demonstração financeira da Emissora; e

- EBITDA: Compreende o resultado acumulado dos últimos quatro trimestres, que consiste no lucro (prejuízo) do exercício ou do período, acrescido do resultado financeiro líquido, equivalência patrimonial, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e da depreciação e amortização.

Os *covenants* estabelecidos devem ser medidos semestralmente, tendo como base as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. O próximo aferimento será na data base de 30 de junho de 2026. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia atendeu os critérios estabelecidos para todos os contratos com cláusulas restritivas (*covenants*).

a) Nota comercial e capital de giro

Nota comercial

Em dezembro de 2024, a Companhia celebrou contrato de nota comercial, no montante de R\$50.000, com prazo de 3 anos.

Em 2024, a controlada Positivo Smart Tecnologia Ltda. celebrou contrato de nota de comercial, no montante de R\$190.000, com vencimentos até maio de 2028, integralmente utilizado para aquisição da controlada Positivo S+ Soluções em TI S.A.

Os referidos contratos, possuem cláusula de *covenants* financeiros seguindo a mesma metodologia descrita no item (i), ou seja, relação Dívida líquida/EBITDA deve ser igual ou menor a 3,0 (três) vezes, observados semestralmente, considerando as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. O próximo aferimento será na data base de 30 de junho de 2026.

Capital de giro

Em 2021 a Companhia celebrou contrato de capital de giro, no montante de R\$150.000, com prazo de 4 anos. O referido contrato, inclui cláusula de *covenants* financeiros seguindo a mesma metodologia descrita no item (i), ou seja, relação Dívida líquida/EBITDA deve ser igual ou menor a 3,0 (três) vezes, observados semestralmente, considerando as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. O próximo aferimento será na data base de 30 de junho de 2026.

b) FINEP

No exercício de 2018, a Companhia aprovou junto à FINEP contrato de crédito no montante de R\$125.100 cujos recursos foram aplicados em planos de inovação, com atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de automação industrial, tecnologia educacional e centro de inovação associados a novos produtos. Essa linha de crédito foi integralmente utilizada, com os valores captados em parcelas até o final do exercício de 2021.

c) BNDES

Além dos financiamentos que a Companhia detinha junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, em 8 de fevereiro de 2024 a Companhia aprovou crédito adicional no total de R\$330.449, divididos em duas operações: R\$258.386 no âmbito do programa BNDES Mais Inovação e R\$72.063 no âmbito do Fundo para o desenvolvimento Tecnológico das Comunicações – BNDES Funttel.

Os recursos serão aplicados na inovação de produtos, serviços e soluções, com destaque para a incorporação de recursos avançados de inteligência artificial e segurança cibernética em nossos produtos e plataformas, além da modernização fabril para produção de novos dispositivos 5G.

Até 31 de dezembro de 2025 a Companhia captou o montante de R\$283.657 referentes a esta linha de crédito.

Consta cláusula restritiva (*covenant* operacional) que determina o vencimento antecipado da dívida no caso de eventual existência de sentença condenatória, administrativa ou judicial, apta a produzir efeitos, em dois processos nos quais a Companhia atua como polo passivo, os quais foram instaurados entre 2013 e 2015. Em um dos processos a Companhia foi integralmente absolvida, com decisão transitada em julgado em novembro de 2024. No processo remanescente, de acordo com os assessores jurídicos da Companhia, o risco de perda é considerado como remoto judicialmente e possível administrativamente.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia atendeu os critérios estabelecidos para todos os contratos com cláusulas restritivas (*covenants*).

d) Empréstimos em moeda estrangeira

Correspondem empréstimos captados em dólar pela Companhia. Os instrumentos financeiros contratados para proteção cambial dessa modalidade de empréstimo estão descritos na nota 30(b).

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2024	1.085.820	1.282.824
Captações, líquidas dos custos de transações	459.273	465.692
Juros	138.466	170.138
Variação/Cobertura cambial	(73.285)	(73.285)
Amortização do principal	(416.862)	(429.147)
Pagamento de juros	(112.250)	(142.645)
Saldo em 31/12/2025	1.081.162	1.273.577
	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2023	1.371.597	1.385.733
Captações, líquidas dos custos de transações	957.845	1.153.228
Juros	144.126	160.675
Variação/Cobertura cambial	85.449	85.449
Amortização do principal	(1.310.312)	(1.321.355)
Pagamento de juros	(162.885)	(180.906)
Saldo em 31/12/2024	1.085.820	1.282.824

Os vencimentos de empréstimos de longo prazo são como segue:

Saldo em 31/12/2025		
Ano	Controladora	Consolidado
2027	340.107	416.107
2028	124.004	162.004
2029	94.515	94.515
2030	51.129	51.129
> 2030	95.777	95.777
Total	705.532	819.532

16. PROVISÕES

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Passivo Circulante					
Provisão para garantias e assistência técnica	(a)	59.704	73.689	67.945	81.993
Provisão para VPC	(b)	2.642	2.629	4.885	6.028
Provisão para comissões	(c)	4.679	3.988	9.109	12.767
Provisão para rebate	(d)	3.423	6.245	3.708	6.361
Provisão para royalties	(e)	1.585	3.283	1.582	3.283
Provisão para investimento em P&D	(f)	619	4.667	2.271	9.852
Outras provisões		5.440	4.893	13.168	15.496
		78.092	99.394	102.668	135.780
Passivo Não Circulante					
Provisão para garantias e assistência técnica	(a)	53.726	79.014	53.726	79.014
		131.818	178.408	156.394	214.794

a) Provisão para garantias e assistência técnica

Com base no número de equipamentos em garantia e no prazo de cada garantia concedida sobre estas máquinas e, adicionalmente, em função do histórico recente de frequência de atendimentos por máquina e do custo médio por atendimento de assistência técnica, estimou-se o valor da provisão necessária para fazer frente à obrigação total assumida, em relação aos equipamentos em garantia nas respectivas datas base.

b) Provisão para VPC - Verba de Propaganda Cooperada

Os valores provisionados como verba de propaganda cooperada são calculados com base em percentuais acordados entre as partes e se trata de verbas para inserções promocionais e exposição dos produtos da Companhia. Os percentuais dessa verba são negociados individualmente com cada cliente.

c) Provisão para comissões

A provisão para comissões é calculada tomando-se por base o percentual individual de comissões registradas nos pedidos de vendas.

d) Provisão para rebate

Os valores provisionados como rebate são calculados com base em percentuais históricos e demandas adicionais, negociados individualmente com cada cliente. São verbas destinadas para reposicionamento de preço, estimulando as vendas do varejo.

e) Provisão para royalties

Os valores provisionados como royalties são calculados com base em percentuais contratuais estabelecidos com o fornecedor e que incidem de forma geral sobre o faturamento de produtos que utilizam as tecnologias ou marcas.

f) Provisão para investimento em P&D

Para usufruir de determinados benefícios fiscais a Companhia deve investir parte de seu faturamento de produtos e serviços com incentivos fiscais em projetos de pesquisa e desenvolvimento. A Companhia reconhece os benefícios fiscais no momento da venda, em contrapartida reconhece a obrigação gerada.

17. TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
PIS E COFINS	11.407	15.280	48.665	41.470
IRPJ E CSLL	-	-	4.935	6.488
INSS	8.053	8.882	10.253	11.282
IRRF E CSRF	4.410	1.761	9.272	5.627
IPPI	5.178	11.721	7.751	12.720
ICMS	4.066	1.495	3.477	2.357
Parcelamento previdenciário	53.335	48.199	53.335	48.199
Outros impostos e contribuições	2.590	1.132	12.108	14.516
	89.039	88.470	149.796	142.659
Parcela no circulante	49.093	50.296	108.571	102.656
Parcela no não circulante	39.946	38.174	41.225	40.003

18. RECEITA DIFERIDA

Refere-se à parcela da subvenção para investimento que será apropriada ao resultado dos próximos exercícios, conforme mencionado na nota explicativa nº 7. Como resultado da fruição dos benefícios fiscais, relacionados ao crédito financeiro decorrente da Lei 13.969 de 2019, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou em suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, no passivo, sob a rubrica de receita diferida, o montante R\$32.935 (R\$15.770 em 31 de dezembro de 2024) e R\$42.220 (R\$21.404 em 31 de dezembro de 2024), respectivamente. Este montante será apropriado ao resultado em função da amortização dos ativos relacionados e cumprimento de obrigações exigidas em contrapartida ao referido benefício fiscal, conforme previsto nas normas preconizadas no Pronunciamento Técnico CPC 7 / IAS 20 e divulgada na nota explicativa nº 13.a.

19. OUTRAS CONTAS A PAGAR

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Adiantamento de clientes	(a)	76.617	82	84.038	7.699
Contas a pagar por aquisição de controlada	(b)	26.327	10.629	26.327	75.763
Contas a pagar		4.652	6.031	11.793	7.802
		107.596	16.742	122.158	91.264
Parcela no circulante		90.496	9.242	101.172	81.978
Parcela no não circulante		17.100	7.500	20.986	9.286

a) O incremento na rubrica de adiantamento de clientes no exercício decorre do recebimento, em 26 de dezembro de 2025, do montante de R\$ 76.516, a título de adiantamento contratual por cliente do mercado corporativo. Referido valor será apropriado ao resultado como receita ao longo do exercício de 2026, à medida que as respectivas obrigações de desempenho forem satisfeitas, em conformidade com a política contábil de reconhecimento de receitas da Companhia.

b) Contas a pagar por aquisição de controlada

SC Indústria de Equipamentos Eletrônicos Ltda. (Controladora e Consolidado)

A Companhia apresenta saldo atualizado a pagar referente a aquisição da controlada SC Indústria de Equipamentos Eletrônicos Ltda. no montante de R\$8.327, que deverá ser liquidado em três parcelas anuais (2026 a 2028), corrigidos pelo IPCA até cada data do efetivo pagamento aos vendedores.

A parcela referente ao ano de 2025, foi paga aos vendedores em 29 de outubro de 2025, no montante atualizado de R\$2.551.

Aquisição de participação de não controladores - ACC Brasil Ind. e Com. de Comp. Ltda. (Controladora e Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia adquiriu a totalidade da participação detida pelos acionistas não controladores da ACC Brasil Ind. e Com. de Comp. Ltda. O preço de aquisição totalizou R\$18.000, que será liquidado em quatro parcelas anuais, de 2026 a 2030 (sem vencimento em 2028), sujeitas a atualização pela variação positiva acumulada do IPCA/IBGE, acrescida de juros de 3% ao ano, a partir da segunda parcela, calculados desde a data da aquisição.

Positivo S+ Soluções em TI S.A., anteriormente denominada Algar TI Consultoria S.A. (Consolidado)

Em 02 de junho de 2025, a controlada Positivo Smart Tecnologia Ltda. efetuou o pagamento do montante atualizado de R\$60.334, referente à liquidação do saldo a pagar da aquisição da controlada Positivo S+ Soluções em TI S.A. (anteriormente denominada Algar TI Consultoria S.A.), cujo valor principal era de R\$52.790. Maiores informações sobre essa aquisição encontram-se na nota explicativa nº 2.2(a.1).

A seguir, apresentamos o cronograma de liquidação dos saldos a pagar aos sócios vendedores, decorrentes das aquisições realizadas:

31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
Ano	Controladora	Consolidado	Ano	Controladora	Consolidado
2026	9.227	9.227	2025	3.129	68.263
2027	3.500	3.500	2026	2.500	2.500
2028	2.500	2.500	2027	2.500	2.500
2029	4.000	4.000	2028	2.500	2.500
2030	7.100	7.100		10.629	75.763
	26.327	26.327			

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	8.399	80.139	20.199	102.136
Alíquota vigente combinado	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(2.856)	(27.247)	(6.868)	(34.726)
Exclusão equivalência patrimonial	7.316	51.079	(1.054)	(2.606)
Crédito Financeiro Lei 13.969/2019	32.658	44.835	30.482	44.410
Provisões e demais (adições) exclusões a base de cálculo	13.282	(62.879)	17.297	(37.871)
Arrendamento mercantil	4.182	(1.927)	6.389	1.569
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias para os quais não foram constituídos impostos diferidos	(54.343)	(3.622)	(54.211)	12.126
IRPJ/CSLL apurados	239	239	(7.965)	(17.098)
Receita (Despesa) contabilizada	239	239	(7.965)	(17.098)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(14.262)	(11.624)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	239	239	6.297	(5.474)
	239	239	(7.965)	(17.098)

21. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia possui contingências que estão sendo discutidas judicialmente, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis. A administração da Companhia acredita que a solução dessas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado, que corresponde aos valores das ações consideradas como "perdas prováveis".

Referem-se substancialmente à:

	Controladora			
	Tributária (a)	Cível	Trabalhista	Total
Saldo em 31/12/2023	21.341	11.085	19.927	52.353
Provisões (Reversões)	151.794	4.138	(374)	155.558
Pagamentos	(7.795)	(1.541)	(1.251)	(10.587)
Saldo em 31/12/2024	165.340	13.682	18.302	197.324
Provisões	17.799	1.917	4.772	24.488
Pagamentos	(591)	(2.764)	(697)	(4.052)
Saldo em 31/12/2025	182.548	12.835	22.377	217.760

O montante registrado na controladora no passivo circulante é de R\$4.412 (R\$3.121 em 31 de dezembro de 2024) e no passivo não circulante é de R\$213.348 (R\$194.203 em 31 de dezembro de 2024).

	Consolidado			
	Tributária (a)	Cível	Trabalhista	Total
Saldo em 31/12/2023	21.341	11.085	19.927	52.353
Provisões (Reversões)	152.293	4.140	(374)	156.059
Pagamentos	(7.795)	(1.541)	(2.269)	(11.605)
Incorp. Aquis. Investimentos	7.810	-	5.340	13.150
Saldo em 31/12/2024	173.649	13.684	22.624	209.957
Provisões	16.487	2.575	6.820	25.882
Pagamentos	(3.423)	(2.764)	(2.773)	(8.960)
Saldo em 31/12/2025	186.713	13.495	26.671	226.879

O montante registrado nas demonstrações consolidadas no passivo circulante é de R\$4.412 (R\$3.121 em 31 de dezembro de 2024) e no passivo não circulante é de R\$222.467 (R\$206.836 em 31 de dezembro de 2024).

(a) A Companhia discute limitação a redução do Imposto de Importação nas saídas de produtos da Zona Franca de Manaus (CRA Fixo). O valor atualizado da provisão referente a esse processo é de R\$162.268 (R\$146.627 em 31 de dezembro de 2024), e reflete a utilização de liminar confirmada por sentença favorável. Apesar do processo individual da Companhia estar pendente de julgamento de recurso de apelação da União, em razão de decisão desfavorável pelo STF em Ação Direta de Inconstitucionalidade (A.D.I) que tratou de parte dos argumentos em que se fundamenta o mandado de segurança impetrado individualmente, os assessores jurídicos externos e internos da Companhia avaliam o risco de perda da medida judicial como provável.

Cível

Processos judiciais envolvendo questões de natureza comercial, relacionadas a reclamações de consumidores sobre produtos e serviços fornecidos pela Companhia. Não há processos individualmente relevantes.

Tributária

Processos administrativos e judiciais envolvendo a discussão da legalidade ou constitucionalidade das exigências de impostos, taxas e contribuições de competência municipal, estadual e federal. Não há processos individualmente relevantes, exceto o processo descrito na nota explicativa nº 20.(a).

Trabalhista

Processos judiciais em que são discutidas a relação de trabalho e a relação de emprego. Não há processos individualmente relevantes.

Perda possível

Os valores das contingências, consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, para os quais nenhuma provisão foi constituída conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil são demonstradas conforme abaixo:

	Controladora Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Tributárias		
Impostos e contribuições (a)	845.218	566.253
Cíveis		
Órgão Público e Empresas Privadas (b)	40.852	39.341
Consumidor	735	939
	886.805	606.533

a) Impostos e contribuições - principais valores totalizam R\$793.148 em 31 de dezembro 2025 (R\$501.752 em 31 de dezembro 2024), sendo eles relacionados a:

(i) II e IPI - Auto de infração exigindo diferenças de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente da discussão sobre diferença de alíquota na importação de placas de captura de sinal de TV, placas de vídeo.

(ii) II e IPI - Auto de infração exigindo diferenças de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente da reclassificação de NCMs das importações de telas de LCD realizadas pela filial da Companhia localizada em Ilhéus-BA, nos últimos três anos. Tal reclassificação teve origem em alteração de critério de classificação fiscal pela Receita Federal.

(iii) IPI – Processos fiscais discutindo a incidência de IPI referente à revenda de produtos importados via Trading.

(iv) PIS e COFINS – Processos discutindo judicialmente o direito à apropriação de créditos de PIS e COFINS relativamente à aquisição de insumos na Zona Franca de Manaus.

(v) PIS e COFINS – Processos fiscais discutindo a glosa de créditos de PIS e COFINS apropriados pela Companhia e PER/DCOMP não homologadas.

(vi) ICMS ST – Auto de infração referente a suposta falta de recolhimento do ICMS/ST na aquisição de determinadas mercadorias de Estados não signatários de acordos para à circulação desses produtos nas Leis e Decretos.

b) Cíveis - principal valor refere-se ao processo administrativo no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), instaurado para apurar supostas irregularidades decorrentes de vendas pontuais originadas pelos revendedores autorizados de produtos de tecnologia educacional entre 2011 e 2012, que representa R\$20.001 em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$1.486.098 (R\$1.465.068, líquido dos gastos com emissão de ações) e R\$742.700 em 31 de dezembro de 2024 (R\$721.670, líquido dos gastos com emissão de ações).

Em 30 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou aumento do capital social da Companhia no montante de R\$743.398, mediante capitalização de saldo da reserva de lucros, nos termos do artigo 169, §1º, da Lei nº 6.404/1976. O referido aumento foi realizado sem emissão de novas ações, não havendo, portanto, alteração na quantidade de ações ou na participação relativa dos acionistas no capital social da Companhia.

A composição do capital social, bem como a distribuição das ações é conforme segue:

Capital social		
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Capital Social	1.486.098	742.700
Gasto com emissão de ações	(21.030)	(21.030)
	1.465.068	721.670

Quantidade de ações (unidades)		
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Acionistas		
Controladores	67.191.747	66.745.439
Ações em tesouraria	2.589.258	2.259.258
Ações em circulação	72.018.995	72.795.303
	141.800.000	141.800.000

Com base na Ata da Reunião de acionistas, realizada em 4 de outubro de 2019, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária e de decisão de Assembleia, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, até o limite do capital autorizado da Companhia de 71.000.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal definido.

Os controladores diretos da Companhia são conforme segue:

Quantidade de ações ordinárias (Em Unidades)		
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Controladores diretos		
Helio Bruck Rotenberg	18.700.219	17.681.119
Cixares Libero Vargas	5.755.826	5.755.826
Rafael Moia Vargas	7.290.000	7.862.792
Isabela Cesar Formighieri	3.561.707	3.561.707
Daniela Cesar Formighieri Rigolino	3.626.006	3.626.006
Sofia Guimarães Von Ridder	3.589.540	3.589.540
Samuel Ferrari Lago	4.139.540	4.139.540
Paulo Fernando Ferrari Lago	4.139.540	4.139.540
Rodrigo Cesar Formighieri	3.235.276	3.235.276
Lucas Raduy Guimarães	4.584.939	4.584.939
Giem Raduy Guimarães	4.429.615	4.429.615
Thais Susana Ferrari Lago	4.139.539	4.139.539
	67.191.747	66.745.439

b) Reserva de capital - Incentivos fiscais e Opções

Controladora Consolidado		
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Reserva de Subvenção para investimentos (i)	118.132	118.132
Reserva de Benefício das opções <i>Stock Option</i> (ii)	3.674	4.126
Transações de capital com os sócios (iii)	(24.564)	-
	97.242	122.258

(i) Reserva de subvenção para investimentos

Refere-se aos incentivos fiscais detidos pela Companhia, os quais eram contabilizados nesta rubrica até 31 de dezembro de 2007. Após Lei 11.638/07, estes benefícios passaram a ser contabilizados na rubrica de reservas de lucros.

Essa reserva de capital poderá ser utilizada para incorporação de capital e/ou absorção de prejuízos desde que o saldo não ultrapasse o valor das reservas de lucros.

(ii) Opção de compra concedida pelo plano de compra de ações para os empregados

Opções de compra concedidas no âmbito do plano de opções de compra de ações para os empregados não dão direito a voto nem a dividendos. Mais detalhes sobre o plano de opção de compra de ações para funcionários estão descritos na nota explicativa nº 31.

(iii) Transações de capital com os sócios

Valores relacionados a aquisição da participação dos acionistas não controladores da ACC Brasil Ind. e Com. de Comp. Ltda., no montante de R\$ 24.564, sendo: (i) R\$ 10.823 relativos à distribuição desproporcional de lucros, com base na reserva constituída até 31 de dezembro de 2024; e (ii) R\$ 13.741 correspondentes à diferença entre o valor contábil da participação dos acionistas não controladores e a contraprestação total da aquisição, conforme descrito na Nota Explicativa 2.2(a.2).

c) Reserva de lucros

	Controladora Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Reservas de Subvenção p/ Incentivos Fiscais (i)	8.206	768.398
Reserva legal (ii)	52.156	51.724
	60.362	820.122

(i) Reserva de subvenção para incentivos fiscais

Conforme mencionado na Nota 7, os valores registrados nesta conta referem-se ao incentivo fiscal de ICMS, em conformidade com o Decreto Estadual nº 5.375/2002 (vigência do Artigo 3º até 31 de julho de 2011), e pelo Decreto Estadual nº 1922/2011 em vigor a partir de 01 de agosto de 2011. Segundo a legislação do Imposto de Renda, a Reserva de Incentivos Fiscais pode ser utilizada para aumento de capital e absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída como dividendos, por tratar-se de um benefício do Estado à Companhia para uma atividade específica.

Em 30 de dezembro de 2025, a Companhia realizou o aumento do capital social montante de R\$743.398, mediante capitalização de saldo da reserva de lucros, conforme descrito na nota 22(a).

Adicionalmente, na mesma data, aprovou a distribuição de dividendos extraordinários no montante de R\$25.000, com base em parcela da reserva de lucros apurada nas demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, as quais incluem a reserva de incentivos fiscais. Maiores detalhes na nota explicativa 22(f).

(ii) Reserva legal

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva legal deverá ser constituída anualmente, e o saldo dessa reserva acrescido do montante de reservas de capital não poderá exceder 30% do capital social. A Companhia deverá destinar uma parcela de 5% do lucro líquido do exercício para constituição dessa reserva, sendo que essa parcela destinada não poderá exceder 20% do capital social.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior e o resultado em operações de hedge de fluxo de caixa. Para as variações cambiais o efeito acumulado será revertido ao resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. As transações de *hedge* de fluxo de caixa serão transferidas ao resultado do exercício se identificado parcela ineficaz e/ou quando do término da relação de *hedge*, conforme nota nº 30.

e) Ações em tesouraria

Para atender ao plano de opções para executivos, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2025 um total de 2.589.258 de ações em tesouraria (2.259.258 em 31 de dezembro de 2024), adquiridas através do programa de recompra, ao preço médio de R\$8,84, no total de R\$22.880, (em 31 de dezembro de 2024, com base nas ações em tesouraria remanescente o valor total da aquisição era de R\$21.203). Detalhes sobre os programas de recompra da Companhia estão divulgados na nota explicativa n 31.

f) Dividendos

Conforme ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de março de 2008, a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou intermediários; deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado naqueles balanços; declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes naqueles balanços ou no último balanço anual; poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os dividendos intercalares ou intermediários e os juros sobre o capital próprio deverão ser sempre imputados ao dividendo obrigatório.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia reconheceu o montante de R\$38.180 de dividendos, valor que corresponde a 50% do lucro líquido do exercício após a dedução do valor destinado a reserva legal descrita na nota explicativa nº 22(c). O montante foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2025, e pago aos acionistas R\$38.174 em 30 de maio de 2025, saldo remanescente de R\$6 referentes aos dividendos aprovados.

Em 30 de dezembro de 2025, nos termos do artigo 31 do Estatuto Social, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos extraordinários no montante de R\$25.000, com base em parcela da reserva de lucros apurada nas demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório relativo ao exercício social de 2025, nos termos da Lei nº 6.404/1976, com pagamento previsto para 30 de janeiro de 2026, sem incidência de correção monetária ou juros.

Adicionalmente, nas demonstrações financeiras consolidadas, foi deliberada a distribuição de dividendos no montante de R\$20.452 aos acionistas não controladores da controlada ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda., dos quais R\$1.532 foram pagos em 2025 e R\$18.920 serão pagos em quatro parcelas entre 2026 e 2028, sem correção monetária, conforme nota explicativa 10(e).

g) Apropriação do lucro

Do lucro líquido do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados. Sobre o lucro remanescente, será calculada a participação estatutária dos administradores, até o limite máximo legal, conforme previsto no artigo 152, § 1º da Lei nº 6.404/76, e a reserva legal de 5%, cuja parcela destinada não excederá 20% do capital social.

23. RECEITA LÍQUIDA

A seguir, a análise da receita da Companhia dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Receita bruta da venda de produtos	2.785.600	3.558.755	2.947.473	3.748.736
Receita bruta de serviços prestados	160.294	85.284	1.005.945	539.420
Receita Bruta Total:	2.945.894	3.644.039	3.953.418	4.288.156
Menos:				
Impostos sobre vendas	(607.893)	(652.487)	(707.935)	(720.983)
Subvenção para investimento (a)	297.042	367.424	274.442	355.994
Devoluções e abatimentos	(82.148)	(125.597)	(88.348)	(130.581)
Verba de propaganda cooperada e rebate (b)	(73.500)	(100.779)	(76.679)	(104.260)
Receita líquida	2.479.395	3.132.600	3.354.898	3.688.326

a) Detalhes sobre os valores reconhecidos como subvenção para investimento estão descritos na nota explicativa nº 8.(a).

b) Maiores informações sobre os valores reconhecidos como verba de propaganda cooperada (VPC) e *rebate* estão descritos nas notas explicativas nº 16.(b) e 16.(d).

24. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. A informação sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados	(1.762.808)	(2.305.059)	(1.907.047)	(2.371.001)
Despesas com pessoal	(261.785)	(283.183)	(756.194)	(564.362)
Despesas gerais	(42.379)	(40.859)	(67.561)	(59.048)
Despesa com serviços com terceiros	(48.720)	(24.296)	(95.673)	(63.059)
Despesa com comissões	(31.410)	(54.291)	(64.795)	(74.899)
Depreciação e amortização	(46.556)	(36.235)	(82.612)	(57.417)
Provisão para garantias	(76.473)	(96.801)	(77.079)	(96.587)
Outras despesas operacionais líquidas	(62.613)	(97.472)	(91.738)	(135.062)
	(2.332.744)	(2.938.196)	(3.142.699)	(3.421.435)
Custo dos produtos vendidos	(1.872.786)	(2.417.840)	(2.511.831)	(2.764.289)
Despesas com vendas	(317.886)	(376.071)	(401.230)	(436.329)
Despesas gerais e administrativas	(142.072)	(144.285)	(229.638)	(220.817)
	(2.332.744)	(2.938.196)	(3.142.699)	(3.421.435)

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Para gerenciar seu negócio e tomar decisões, a Companhia utiliza informações que focam nos canais de venda de produtos e serviços, que são a base na qual reporta suas informações primárias por segmento. Os principais segmentos operacionais da Companhia são: vendas ao varejo ("Consumer"), a instituições públicas e corporativo. As informações por segmento reportáveis dessas unidades estão apresentadas a seguir:

(a) Receita e resultados dos principais segmentos:

	Consolidado				
	Consumer	Instituições públicas	Corporativo	Outras ativ. operacionais	Total
31 de dezembro de 2025					
Receita Líquida	1.034.360	597.187	1.628.774	94.577	3.354.898
Lucro bruto	233.322	126.846	456.164	26.735	843.067
31 de dezembro de 2024					
Receita Líquida	1.044.118	1.265.458	1.267.850	110.900	3.688.326
Lucro bruto	241.974	271.366	314.998	95.699	924.037

A receita dos segmentos apresentada anteriormente não inclui receitas auferidas com controladas. As políticas contábeis para os segmentos reportáveis são as mesmas aplicadas à Companhia.

(b) Ativos e passivos por segmento

No quadro abaixo, a Companhia fornece informações consolidadas sobre os ativos e passivos de capital de giro dos segmentos reportados, representado por contas a receber de clientes, estoques e contas a pagar para fornecedores, que são regularmente avaliados pela Administração da Companhia:

Segmento	Ativo		Passivo	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Consumer	561.302	695.011	211.851	207.682
Instituições públicas	475.703	462.624	153.909	144.097
Corporativo	1.006.110	938.257	253.694	181.527
Outras ativ. operacionais	42.630	46.383	72.824	124.941
	2.085.745	2.142.275	692.278	658.247

a) Receita dos principais produtos e serviços

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Produtos		
Notebooks	975.478	1.207.772
Telefones Celulares e máquinas de pagamento	655.794	752.760
Desktops	354.240	519.276
Tablets	312.522	309.398
Serviços gerenciados de T.I.	519.141	257.657
Urnas Eletrônicas	-	224.527
Servidores e <i>Storages</i>	264.668	155.111
Casa Inteligente e Segurança	76.260	66.162
Totens	1.596	41.873
Outros	195.199	153.790
	3.354.898	3.688.326

b) Informações geográficas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas reconheceram R\$189.975 de vendas no mercado externo (R\$168.017 em 31 de dezembro de 2024). O restante das vendas ocorreu no território brasileiro.

c) Informações sobre principais clientes

Cinco clientes da Companhia foram responsáveis por aproximadamente de 21% da receita líquida total no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (24% em 31 de dezembro de 2024).

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Receitas financeiras				
Ajuste a valor presente - clientes	43.876	57.674	63.707	72.412
Rendimento aplicação financeira	41.395	28.832	48.934	34.309
Outras receitas financeiras	13.432	5.964	20.155	7.449
	98.703	92.470	132.796	114.170
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e arrendamentos	(141.477)	(148.422)	(174.317)	(165.561)
Juros pagos e descontos concedidos	(22.018)	(1.912)	(25.058)	(3.906)
Ajuste a valor presente - fornecedores	(35.513)	(27.500)	(54.073)	(49.462)
Imposto sobre operações financeiras	(10.226)	(12.137)	(10.289)	(12.163)
Despesas bancárias e com ações	(31.519)	(15.477)	(42.230)	(18.200)
Outras despesas financeiras	(4.372)	(13.075)	(14.861)	(23.130)
	(245.125)	(218.523)	(320.828)	(272.422)
Total das receitas e despesas financeiras	(146.422)	(126.053)	(188.032)	(158.252)
Variação cambial				
Ganho na cobertura cambial	18.486	31.180	18.486	31.181
Perda na cobertura cambial	(63.218)	(10.222)	(63.218)	(10.222)
Ganho na variação cambial	25.218	30.280	43.733	40.379
Perda na variação cambial	(12.411)	(64.584)	(20.772)	(110.460)
	(31.925)	(13.346)	(21.771)	(49.122)
Resultado financeiro, líquido	(178.347)	(139.399)	(209.803)	(207.374)

Conforme notas explicativas nº 28 a 30, a Companhia opera com instrumentos financeiros objetivando a proteção à flutuação cambial decorrente das suas atividades. A flutuação dos instrumentos financeiros liquidados no exercício é registrada nas rubricas de ganho ou perda na cobertura cambial, no grupo “Variação cambial” acima.

27. LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas (em circulação), para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias diluidoras.

	Controladora	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Básico		
Numerador básico		
Lucro líquido alocado para ações ordinárias	8.638	80.378
Denominador básico		
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	139.318	139.910
Lucro por ação - Básico	0,0620	0,5745
Diluído		
Numerador diluído		
Lucro líquido alocado para ações ordinárias	8.638	80.378
Denominador diluído		
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	139.318	140.064
Lucro por ação - Diluído	0,0620	0,5739

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro por ação diluído, como segue:

	Controladora	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Básico		
Número médio ponderado de ações da Companhia	141.800	141.800
Número médio ponderado de ações em tesouraria	(2.482)	(1.890)
Média ponderada das ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação	139.318	139.910
Diluído		
Número médio ponderado de ações da Companhia	141.800	141.800
Número médio ponderado de ações em tesouraria	(2.482)	(1.890)
Número médio ponderado de opções (stock options)	-	154
Média ponderada das ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro diluído por ação	139.318	140.064

28. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

28.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia gere os riscos globais, concentrando-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco, não tendo o propósito de especulação para alavancar seus resultados financeiros. As informações quantitativas para cada tipo de risco decorrente dos instrumentos financeiros estão destacadas nas seções a seguir, as quais representam as concentrações de risco que são monitoradas pela Administração da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, seguindo as diretrizes da Diretoria e do Conselho de Administração. Não houve alteração nas políticas de gerenciamento de risco desde a publicação das últimas demonstrações financeiras.

a) Risco de mercado

i. Risco cambial

A Companhia atua preponderantemente no mercado doméstico, mas realiza importações de insumos do mercado externo, estando, portanto, exposta ao risco cambial, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. As principais transações referem-se às contas a pagar a fornecedores estrangeiros (nota explicativa nº 14) e às operações de empréstimos de capital de giro (nota explicativa nº 15).

	31 de dezembro de 2025			
	Controladora		Consolidado	
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Ativo				
Contas a receber e demais créditos				
Clientes Estrangeiros	1.256	6.913	1.262	6.946
Adiantamentos a fornecedores	9.485	52.189	14.290	78.627
Passivo				
Fornecedores mercado externo				
Dólares americanos	(54.988)	(302.567)	(84.916)	(467.241)
Empréstimos				
Dólares americanos	(111.919)	(615.821)	(111.919)	(615.821)
Instrumentos financeiros derivativos (nocional)				
Swap - Dólares americanos	111.919	615.821	111.919	615.821
NDF's - Dólares americanos	67.040	368.881	67.040	368.881
Exposição Líquida 1	22.793	125.416	(2.324)	(12.787)
Projetos de governo (Compromissos futuros)				
Dólares americanos	(25.329)	(139.370)	(25.329)	(139.370)
Exposição Líquida 2	(2.536)	(13.954)	(27.653)	(152.157)

31 de dezembro de 2024				
	Controladora		Consolidado	
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Ativo				
Contas a receber e demais créditos				
Clientes Estrangeiros	1.036	6.413	1.047	6.486
Adiantamentos a fornecedores	7.507	46.483	9.556	59.172
Passivo				
Fornecedores mercado externo				
Dólares americanos	(49.828)	(308.552)	(79.925)	(494.921)
Empréstimos				
Dólares americanos	(103.152)	(638.750)	(103.152)	(638.750)
Instrumentos financeiros derivativos (nocional)				
Swap - Dólares americanos	103.152	638.750	103.152	638.750
NDF's - Dólares americanos	35.266	218.378	35.266	218.378
Exposição Líquida 1	(6.019)	(37.278)	(34.056)	(210.885)
Projetos de governo (Compromissos futuros)				
Dólares americanos	(26.059)	(161.365)	(26.059)	(161.365)
Exposição Líquida 2	(32.078)	(198.643)	(60.115)	(372.250)

Taxa de câmbio: Em 31 de dezembro de 2025 US\$1,00 equivale a R\$5,5024 (R\$6,1923 em 31 de dezembro de 2024).

Exposição líquida 1 - refere-se exposição em moeda estrangeira considerando os ativos e passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos.

Exposição líquida 2 - refere-se exposição em moeda estrangeira considerando os ativos e passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial e os compromissos futuros decorrentes dos Projetos de Governo, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos. Os Projetos de Governo referem-se às licitações ganhas pela Companhia para fornecimento de equipamentos nos próximos meses. Por esta razão a Companhia calcula a exposição que estará sujeita com a aquisição de insumos no exterior para fazer frente a estes compromissos assumidos.

ii. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia não possui ativos significativos em que incidam juros, exceto o saldo de aplicações financeiras. O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo conforme nota explicativa nº 14. Os empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Nas datas de 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os empréstimos da Companhia às taxas variáveis eram mantidos em reais e dólares. A análise de sensibilidade com os cenários projetados e os respectivos impactos no patrimônio líquido e no resultado estão apresentados no item “d” desta nota.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, bem como de exposições de crédito a clientes do governo e do varejo. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentes, usualmente classificadas como “instituições de primeira linha”. As instituições financeiras com as quais a Companhia opera, são avaliadas pelas agências de classificação de rating como de baixo risco. Para os clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores, conforme detalhado na Nota 5 que traz divulgação adicional sobre o risco de crédito com clientes. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

c) Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Passivos financeiros

Controladora						
Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
% do CDI	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de dezembro de 2025						
Fornecedores	103,49	189.210	152.176	56.671	-	398.057
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	100,90	8.353	32.169	354.512	731.739	1.254.533
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	5.595	5.021	10.616
Partes relacionadas		-	-	262.541	-	262.541
Arrendamento Mercantil	102,47	1.025	2.050	6.185	9.046	18.306
Outros passivos	(a)	-	-	9.227	17.100	26.327
		<u>198.588</u>	<u>186.395</u>	<u>694.731</u>	<u>762.906</u>	<u>1.970.380</u>
31 de dezembro de 2024						
Fornecedores	103,04	195.378	127.334	63.847	-	386.559
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	110,70	9.171	29.535	326.956	808.898	1.275.751
Instrumentos financeiros derivativos		1.015	-	-	-	1.015
Partes relacionadas		-	-	289.967	-	289.967
Arrendamento Mercantil	123,49	1.025	2.050	9.225	17.870	30.606
Outros passivos	(a)	-	-	3.129	7.500	10.629
		<u>206.589</u>	<u>158.919</u>	<u>693.124</u>	<u>834.268</u>	<u>1.994.527</u>
Consolidado						
Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
% do CDI	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de dezembro de 2025						
Fornecedores	103,49	272.045	328.572	105.665	-	706.282
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	100,90	8.353	32.169	459.880	865.467	1.493.629
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	5.595	5.021	10.616
Partes relacionadas		-	-	2.370	17.838	20.208
Arrendamento Mercantil	102,47	1.375	2.749	9.338	12.709	26.171
Outros passivos (a)		-	-	9.227	17.100	26.327
		<u>281.773</u>	<u>363.490</u>	<u>592.075</u>	<u>918.135</u>	<u>2.282.333</u>
31 de dezembro de 2024						
Fornecedores	103,04	293.312	245.154	123.532	-	661.998
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	110,70	9.171	29.535	360.517	1.040.570	1.540.984
Instrumentos financeiros derivativos		1.015	-	-	-	1.015
Partes relacionadas		-	1.205	-	-	1.205
Arrendamento Mercantil	123,49	1.330	2.660	11.978	25.393	41.797
Outros passivos (a)		-	-	68.263	7.500	75.763
		<u>304.828</u>	<u>278.554</u>	<u>564.290</u>	<u>1.073.463</u>	<u>2.322.762</u>

(a) Saldos referentes aos valores a pagar por aquisições de controladas divulgados na nota explicativa 19.(b).

Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do exercício. As variáveis de riscos relevantes para a Companhia no período, levando em consideração o período projetado de até 12 meses para essa avaliação são sua exposição à flutuação de moeda estrangeira, substancialmente o dólar norte-americano, e sua exposição à flutuação nas taxas de juros. A Administração entende que o cenário provável reflete a expectativa de cotação do dólar norte-americano e da taxa de juros CDI do BACEN – Banco Central do Brasil na data base de 31 de dezembro de 2025. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

	Consolidado						
	Saldos patrimoniais						
Análise de sensibilidade	31 de dezembro de 2025		Cenários				
	Ativo/Passivo (R\$)	Nocional (USD)	Provável	5%	10%	-5%	-10%
Empréstimos a taxas de juros pós-fixadas							
Swap de taxa de juros							
Empréstimos em moeda estrangeira							
US\$ para R\$ (CDI) com Swap	(615.821)	n/a	(33.190)	(34.850)	(36.509)	(31.531)	(29.871)
Empréstimos							
Em CDI	(311.997)	n/a	(32.157)	(33.765)	(35.373)	(30.549)	(28.941)
Outros passivos financeiros							
Fornecedores moeda estrangeira, líquido de adiantamentos							
US\$ para R\$	(388.614)	(70.626)	(5.404)	(25.619)	(45.833)	14.810	35.025
Instrumentos financeiros derivativos							
para cobertura de contas a pagar							
Contratos de câmbio a termo - mantidos							
para negociação							
R\$ para US\$ - NDF's e Opções	368.881	67.040	(2.784)	14.859	32.484	(20.431)	(38.053)
Exposição líquida (vencimento futuro) - Projeção de impacto no resultado		(3.586)	(73.535)	(79.375)	(85.231)	(67.701)	(61.840)

A análise de sensibilidade realizada, considerou à exposição da Companhia a passivos registrados em moeda estrangeira e empréstimos contratados a taxas de juros pós-fixadas.

28.2 Fatores de risco financeiro

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Dívida Líquida				
Dívida				
Empréstimos - terceiros	1.081.162	1.085.820	1.273.577	1.282.824
Derivativos Swap	10.433	(50.608)	10.433	(50.608)
Caixa e equivalentes	(499.981)	(418.355)	(618.362)	(566.929)
Dívida líquida (a)	<u>591.614</u>	<u>616.857</u>	<u>665.648</u>	<u>665.287</u>
Dívida				
Empréstimos - terceiros	1.081.162	1.085.820	1.273.577	1.282.824
Derivativos Swap	10.433	(50.608)	10.433	(50.608)
Derivativos NDF	(2.582)	(5.795)	(2.582)	(5.795)
Caixa e equivalentes	(499.981)	(418.355)	(618.362)	(566.929)
Dívida líquida (b)	<u>589.032</u>	<u>611.062</u>	<u>663.066</u>	<u>659.492</u>
Patrimônio Líquido	<u>1.575.992</u>	<u>1.635.829</u>	<u>1.575.992</u>	<u>1.646.121</u>
Índice endividamento líquido (a)	<u>0,38</u>	<u>0,38</u>	<u>0,42</u>	<u>0,40</u>
Índice endividamento líquido (b)	<u>0,37</u>	<u>0,37</u>	<u>0,42</u>	<u>0,40</u>

a) A dívida líquida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, abatida pelo caixa e equivalentes e reduzida e/ou acrescida pelo ganho e/ou perda das operações com derivativos de swap (proteção de contratos de empréstimos).

b) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, abatida pelo caixa e equivalentes e reduzida e/ou acrescida pelo ganho e/ou perda das operações com derivativos de swap (proteção de contratos de empréstimos) e demais operações com instrumentos financeiros derivativos, representadas por contratos de NDF (proteção do contas a pagar).

28.3 Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos contábeis apresentados nas rubricas de contas a receber de clientes e partes relacionadas e contas a pagar aos fornecedores e partes relacionadas, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Os passivos financeiros contabilizados a custo amortizado assemelham-se ao seu valor justo, não sendo materiais para divulgação.

O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando premissas com informações observáveis de mercado. Quando essas informações não estão disponíveis, é usada a análise do fluxo de caixa descontado por meio da curva de rendimento, aplicável com a duração dos instrumentos para os derivativos sem opções. Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos. Os "swaps" são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados com base nas curvas de rendimento aplicáveis, baseadas na cotação das taxas de juros.

Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia (contratos futuros de moeda e swaps de troca de variação cambial por taxas de juros) são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2, por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

As tabelas a seguir não incluem informações sobre o valor justo de ativos e passivos não mensurados ao valor justo devido ao fato de que seus valores contábeis são uma aproximação razoável de seus valores justos.

Ativos Financeiros

	Controladora			Consolidado			
	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Ativos mensurados ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Ativos mensurados ao custo amortizado	Valor justo Nível
31 de dezembro de 2025							
Ativos, conforme o balanço patrimonial							
Investimentos	-	-	-	169.919	-	-	3
Instrumentos financeiros derivativos	2.208	557	-	2.208	557	-	2
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	-	-	471.361	-	-	1.076.066	-
Adiantamentos para aquisição de estoques	-	-	23.491	-	-	41.793	-
Partes relacionadas	-	-	275.002	-	-	28.438	-
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	499.981	-	-	618.362	2
	2.208	557	1.269.835	172.127	557	1.764.659	
31 de dezembro de 2024							
Ativos, conforme o balanço patrimonial							
Investimentos	-	-	-	142.967	-	-	3
Instrumentos financeiros derivativos	56.809	609	-	56.809	609	-	2
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	-	-	496.655	-	-	1.091.353	-
Adiantamentos para aquisição de estoques	-	-	27.478	-	-	33.933	-
Partes relacionadas	-	-	170.560	-	-	27.037	-
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	418.355	-	-	566.929	2
	56.809	609	1.113.048	199.776	609	1.719.252	

Passivos Financeiros

	Controladora			Consolidado			Valor Justo Nível
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Passivos mensurados ao custo amortizado	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Passivos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Passivos mensurados ao custo amortizado	
31 de dezembro de 2025							
Passivos, conforme o balanço patrimonial			-				
Instrumentos financeiros derivativos	10.616	-	-	10.616	-	-	2
Empréstimos	-	-	1.081.162	-	-	1.273.577	2
Passivo de arrendamento	-	-	15.672	-	-	23.075	2
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	-	494.644	-	-	814.436	-
Partes relacionadas	-	-	262.541	-	-	20.208	-
	10.616	-	1.854.019	10.616	-	2.131.296	
31 de dezembro de 2024							
Passivos, conforme o balanço patrimonial							
Instrumentos financeiros derivativos	1.015	-	-	1.015	-	-	2
Empréstimos	-	-	1.085.820	-	-	1.282.824	2
Passivo de arrendamento	-	-	24.961	-	-	35.186	2
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	-	400.957	-	-	749.511	-
Partes relacionadas	-	-	289.967	-	-	1.205	-
	1.015	-	1.801.705	1.015	-	2.068.726	

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Derivativo		Controladora e Consolidado					
		Nocional (USD/Mil)		31/12/2025		31/12/2024	
		31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Ativo não circulante
Termo de moeda (NDF)	(a)	67.040	35.266	2.582	-	-	-
Swap de taxas de juros	(b)	111.919	103.152	183	(5.595)	(5.021)	15.863
		178.959	138.418	2.765	(5.595)	(5.021)	35.760
							(1.015)

A Companhia opera com instrumentos financeiros exclusivamente para proteger certas exposições a risco, não tendo, portanto, caráter especulativo.

a) Contratos de câmbio a termo

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas, da moeda dólar, decorrentes do exposto total (fluxo de caixa), até 31 de dezembro de 2025, a Companhia contratou operações de "compra" de moeda a termo (NDF - Non Deliverable Forward). Os contratos em aberto apresentam os seguintes montantes e condições:

Contratação	Data de vencimento	Valor lastreado USD mil	Cotação alvo média
Jun/25 a Nov/25	janeiro-26	23.832	5,4809
Ago/25 a Dez/25	fevereiro-26	19.270	5,5108
Set/25 a Dez/25	março-26	11.088	5,5453
Out/25 a Dez/25	abril-26	12.850	5,5905
		67.040	5,5212

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu R\$44.815 de perda líquida no resultado referente aos contratos liquidados e em aberto (em 31 de dezembro de 2024 ganho líquido de R\$20.958).

b) Swap de taxas de juros

CDI x US\$

Os "swaps" de taxa de juros são liquidados conforme o seu vencimento estipulado no contrato. A taxa de juros dos "swaps" corresponde à taxa de certificado de depósito interbancário. Em 31 de dezembro de 2025, a taxa média contratada do CDI foi de 116,88% (116,90% em 31 de dezembro 2024). A Companhia irá liquidar os contratos pelo valor líquido da diferença entre as taxas de juros e a variação cambial. Os contratos em aberto apresentam os seguintes montantes e condições:

Período da Contratação	Data de vencimento	Cobertura	31 de dezembro de 2025	
			Valor Nominal USD mil	USD Contratado
ago/24	ago/29	4131	32.473	5,4700
jun/24	jun/26	4131	5.992	5,4965
jun/24	jun/26	4131	5.992	5,4965
mai/25	mai/26	4131	11.150	5,6834
mai/25	jun/26	4131	11.117	5,6905
nov/25	nov/27	4131	37.468	5,3800
nov/24	mai/26	4131	2.101	5,7820
jul/25	jul/26	4131	5.626	5,4509
			111.919	5,4908

Hedge Accounting

				Consolidado				
				USD/Mil	Valor Justo	Outros resultados abrangentes		
						Ganho (Perda) acumulada	Ganho (perda) no exercício	
31 de dezembro de 2025		Objeto de Proteção	Moeda de referência (Notional)	Valor de referência (Notional)				
NDF - proteção contas a pagar - US\$/R\$	(i)	Moeda	BRL	368.881	67.040	2.582	(9.356)	(9.502)
Swap de moeda - US\$/R\$	(ii)	Moeda	BRL	615.821	111.919	(10.616)	(5.499)	5.751
Swap de taxa de juros	(iii)	Custo da dívida	BRL	50.000	-	183	192	1.276
				1.034.702	178.959	(7.851)	(14.663)	(2.475)

- (i) Instrumentos derivativos designados para contabilização de proteção (*hedge accounting*) para proteção de transações futuras altamente prováveis.
- (ii) Instrumento designados como hedge de fluxo de caixa – proteção de empréstimos (controladora / consolidado).
- (iii) Em dezembro de 2024 a Companhia contratou empréstimo de capital de giro no montante e R\$50.000, com taxa de juros-pré-fixada de 16,41% ao ano. Na mesma data, contratou derivativos para realizar a troca de uma taxa de juros pré-fixada para pós-fixada, equivalente a 115% do CDI.

31. PLANO DE RECOMPRA DE AÇÕES E STOCK OPTIONS

Em 3 de novembro de 2006, os acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram as condições gerais do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Plano”).

Poderão ser beneficiários do Plano os administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia (“Beneficiários”). Ainda, foi determinado que as opções outorgadas não excederão o percentual de 3,5% (três e meio por cento) do total de ações do capital da Companhia existentes na data de sua concessão.

A aquisição das ações para viabilizar os Planos de Opções (Stock Options), poderão ser adquiridas através de programas de recompra.

No dia 09 de agosto de 2023, a Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração, o programa de recompra de ações de sua própria emissão (“Programa 2023/2025”), vigente por de 18 (dezoito) meses, com início em 10 de agosto de 2023 e término em 10 de fevereiro de 2025.

No dia 29 de abril de 2025, o Conselho de Administração aprovou a constituição do programa de recompra de ações emissão própria (“Programa 2025/2026”). O programa autoriza a aquisição de até 4.840.000 ações ordinárias, que na data da aprovação representavam 3,41% do total de ações emitidas pela Companhia e 6,75% do total de ações em circulação. O Programa 2025/2026 tem prazo de 18 (dezoito) meses, com início em 30 de abril de 2025 e término em 31 de outubro de 2026.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou a recompra de 330.000 (trezentos e trinta mil) ações, com custo médio unitário de R\$5,08, totalizando R\$1.677.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui planos em aberto que totalizam 1.400.000 opções, os quais são demonstrados a seguir:

Ano de outorga	Exercício a partir de	Qtd. Opções em aberto em 31/12/2025	Valor Total da Opção	Preço médio de exercício	Reserva Constituída no período	Baixa pela prescrição	Total da Reserva
2020	2022 a 2024	-	377	-	-	(377)	-
2021	2023 a 2025	-	1.006	-	-	(1.006)	-
2022	2024 a 2026	600.000	517	9,12	76	-	517
2024	2026 a 2028	800.000	3.720	4,56	855	-	3.157
		1.400.000	5.620	6,51	931	(1.383)	3.674

- O preço médio de exercício é o valor que o beneficiário pagaria para exercer o direito de cada opção na data de encerramento dessas demonstrações financeiras;
- Reserva constituída é a despesa apropriada no resultado referente aos planos de remuneração baseados em ações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu o montante de R\$931 (R\$1.071 em 31 de dezembro de 2024) de despesa referente aos planos no resultado do período;

32. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

- No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou integralização de cotas, no montante de R\$4.958, no Positivo Tecnologia Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Recebíveis Comerciais de Responsabilidade Limitada.", fundo de investimento em direitos creditórios constituído 28 de janeiro de 2025, utilizando contas a receber proveniente de vendas de equipamentos eletrônicos.
- Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia adquiriu a totalidade da participação detida pelos acionistas não controladores da ACC Brasil Ind. e Com. de Comp. Ltda.. O preço de aquisição totalizou R\$18.000, a serem pagos em quatro parcelas, no período de 2026 até 2030.
- Em 30 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou aumento do capital social da Companhia no montante de R\$743.398, mediante capitalização de saldo da reserva de lucros, nos termos do artigo 169, §1º, da Lei nº 6.404/1976. O referido aumento foi realizado sem emissão de novas ações, não havendo, portanto, alteração na quantidade de ações e entrada de recursos no caixa da Companhia.
- Nas demonstrações financeiras consolidadas, houve distribuição de dividendos no montante de R\$20.452 aos acionistas não controladores da controlada ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda., sendo que o montante de R\$18.920 permanece em aberto em 31 de dezembro de 2025, caracterizando uma transação não caixa.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA

REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2025

19 DE MARÇO DE 2026

POSITIVO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	2
2	ATIVIDADES.....	2
3	TEMAS DISCUTIDOS.....	3
3.1	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	3
3.2	GESTÃO DE RISCOS	3
3.3	AUDITORIA INTERNA.....	3
3.4	AUDITORIA EXTERNA.....	4
3.5	CONTROLES INTERNOS	4
3.6	COMPLIANCE.....	4
4	PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA	5

POSITIVO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA

1 INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria da Positivo Tecnologia S.A. foi criado em 25 de abril de 2022, mediante a aprovação de seu Regimento Interno pelo Conselho de Administração da Positivo Tecnologia.

O Regimento Interno do Comitê de Auditoria estabelece como competência do Comitê a emissão de recomendações a serem seguidas pelos órgãos da administração da Companhia, de acordo com as seguintes atribuições:

- i. opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- ii. avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- iii. acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- iv. avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- v. avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e
- vi. possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Durante o ano de 2025, o Comitê de Auditoria foi composto pelos Srs. Alexandre Silveira Dias - Membro Independente do Conselho de Administração da Positivo Tecnologia, Gustavo K. Jobim - Membro externo independente, João Ramos de Almeida - Membro externo independente e Eduardo Mormino - Membro externo independente, estando a função de Coordenador vinculada ao Sr. Gustavo K. Jobim.

2 ATIVIDADES

Em 2025, o Comitê se reuniu em 5 reuniões ordinárias e extraordinárias, que contemplaram 33 pautas, contando com discussões frequentes junto a Gerência de Auditoria Interna, realizando também reuniões específicas com a Diretoria Jurídica Corporativa e Compliance, Gerência de Compliance e Sócio de auditoria independente.

As reuniões tiveram por objetivo aprofundar o entendimento sobre os diversos segmentos de atuação da Companhia, além de avaliar situações que pudessem expô-la a riscos, envolvendo discussões acerca das medidas mitigadoras adotadas.

As discussões envolveram temas relacionados às Demonstrações Financeiras, Gestão de Riscos, Auditoria Interna, Auditoria Externa, Controles Internos, *Compliance* e Políticas e Procedimentos.

Dessa forma, o Comitê atuou no aprofundamento e monitoramento de processos, controles internos, riscos, possíveis deficiências e eventuais planos de melhoria, emitindo suas recomendações à Administração e ao Conselho de Administração, de acordo com as suas competências, constantes em seu Regimento Interno.

POSITIVO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA

3 TEMAS DISCUTIDOS

3.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Acompanhamento dos resultados financeiros do ano fiscal 2025, incluindo reportes pelo CFO relacionados ao balanço patrimonial, contas a receber - principais exposições e clientes inadimplentes, estoques, impostos a recuperar, investimentos, fornecedores, empréstimos, composição da dívida, provisões, receita, resultados financeiros, entre outros;
- Discussões acerca dos riscos levantados pela auditoria independente nas dimensões de: Reconhecimento de receitas, management “*override of controls*”, verbas de canais redutoras das receitas (rebates), avaliação da recuperabilidade de ativo intangível com vida útil indefinida, ambiente de informática e contas específicas de componentes relevantes para o consolidado;
- Acompanhamento dos principais indicadores financeiros da Companhia, tais como: receita bruta, CAGR, lucro bruto, margem operacional, EBITDA, lucro líquido, ROIC, endividamento líquido, entre outros.

3.2 GESTÃO DE RISCOS

- Acompanhamento dos principais eventos de risco mapeados, incluindo aqueles constantes na seção de riscos do formulário de referência - CVM;
- Validação em relação aos principais temas relevantes ao negócio, bem como da abrangência dos assessments vs temas em escopo;
- Análise de risco relacionado ao processo de TI da Companhia, tais como: single sign-on nos principais sistemas, testes de phishing e revisão de acessos pelos information owners;
- Acompanhamento das tratativas realizadas pelo Comitê de Crise, após o incêndio na planta de Barueri-SP.

3.3 AUDITORIA INTERNA

- Discussões sobre as fases de planejamento, trabalho de campo e relatório referente às auditorias internas nos ciclos de Receitas, Cibersegurança e Serviços (Positivo S+);
- Acompanhamento de quick-wins ao longo dos trabalhos nos ciclos de Receitas, Cibersegurança e Serviços (Positivo S+);
- Discussões sobre as premissas utilizadas na metodologia de auditoria, incluindo o mapeamento de processos, riscos identificados, análise de impacto e probabilidade, entre outros;
- Deliberação acerca do cronograma a ser desempenhado pela área de auditoria interna;
- Acompanhamento do status de atendimento das áreas da Companhia em relação as solicitações de documentos realizadas pela área de auditoria interna;
- Deliberação acerca do planejamento anual de auditoria interna com os ciclos previstos para serem auditados em 2026, com base no mapeamento do universo de auditorias aplicáveis;
- Acompanhamento dos prazos previstos para resolução dos apontamentos pelas áreas de interface com os relatórios de auditoria emitidos;
- Avaliação do histórico de trabalho de terceiros referente a Positivo S+ como Alvarez & Marçal, PwC e Ja Del Rio;
- Avaliação de desempenho anual da área de Auditoria Interna, incluindo interface com a área de Gente & Gestão;
- Acompanhamento do processo seletivo para a posição de Auditor Interno Jr;
- Acompanhamento dos indicadores de ganhos materiais pós emissão dos relatórios de auditoria.

POSITIVO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA

3.4 AUDITORIA EXTERNA

- Acompanhamento do histórico dos trabalhos realizados pela auditoria externa da Deloitte, incluindo histórico de ajustes propostos;
- Discussão referente ao Plano anual de auditoria externa preparado pela Deloitte;
- Acompanhamento das deficiências reportadas pela auditoria independente, para fins de avaliação dos pontos de controle sobre demonstrações financeiras de maior relevância;
- Apresentação do resultado dos trabalhos de auditoria sobre as demonstrações financeiras FY2025 pelo sócio da Deloitte, de forma prévia ao fechamento dos trabalhos pela auditoria independente.

3.5 CONTROLES INTERNOS

- Acompanhamento das avaliações do nível de maturidade dos controles da Companhia referente aos ciclos de Receitas, Cibersegurança e Serviços (Positivo S+);
- Monitoramento do status de implantação dos planos de ação para resolução dos apontamentos de auditoria constantes nos relatórios de Tesouraria, Estoques, Compras, Tecnologia da Informação, Receitas, Cibersegurança e Serviços (Positivo S+);
- Acompanhamento da definição dos workflows de aprovação referente a matriz de descontos comerciais junto a VP Corporativa.

3.6 COMPLIANCE

- Supervisão das atividades da área de *Compliance*, incluindo as suas atribuições e eixos de atuação;
- Acompanhamento das realizações & pipeline em relação ao programa de integridade, incluindo pilares de apoio da alta direção, instâncias responsáveis, avaliação de riscos de conformidade, normas internas, comunicação, canal de denúncias, investigações internas e monitoramento;
- Acompanhamento da efetividade das apurações do canal de denúncias da Companhia, incluindo os critérios de procedência e o histórico de campanhas de comunicação realizadas como medidas de fortalecimento da cultura de integridade;
- Acompanhamento da volumetria de denúncias no Canal Aberto por natureza e localidade, incluindo o tratamento dos relatos, etapas de classificação, apuração e medidas educativas, preventivas ou punitivas.

POSITIVO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA

4 PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da Positivo Tecnologia S.A. é órgão não estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, atualmente composto por quatro membros independentes, sendo um deles membro independente do Conselho de Administração.

No período entre 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, realizou 5 reuniões ordinárias e extraordinárias por meio virtual e presencial.

No exercício de suas atividades, avaliou a atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e as recomendações emitidas nos seus respectivos relatórios. Abordou o monitoramento dos trabalhos de gerenciamento de riscos e de implementação das atividades de controles internos, envolvendo também o exame regular das demonstrações financeiras da Companhia, bem como do cumprimento dos aspectos legais e regulamentares relativos à elaboração de tais relatórios financeiros.

Com base nas atividades desenvolvidas, julgando que todos os fatos relevantes que lhe foram dados a conhecer estão adequadamente apresentados no Relatório Anual da Administração e nas Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda, sem ressalvas, recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração, para seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Curitiba, 19 de março de 2026.

Alexandre Silveira Dias
Membro independente do Conselho de Administração.

Gustavo K. Jobim
Membro externo independente (Coordenador)

João Ramos de Almeida
Membro externo independente

Eduardo Mormino
Membro externo independente